

## Metamorfoses corporativas? — Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal\* (I)

### 1. INTRODUÇÃO

Muito mais do que das relações entre as associações em apreço e uma almejada consolidação do regime democrático português, este ensaio tratará (passando em revista conflitos e consensos, forças e fraquezas, acções e omissões) de saber como é que elas se têm inscrito na complicada história da sua ainda problemática definição<sup>1</sup>.

Tudo visto e considerado, para onde vai a «jovem democracia» saída do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974? Depois de muitas andanças, parece agora assente, *grosso modo*, no tipo ocidental. Mas, posto isto, será que tende para um liberalismo mais ou menos contido? Que está para se fragmentar em modernas «feudalidades», arriscando-se a mergulhar pouco a pouco na anarquia, quem sabe se a pretexto de sindicalismo? Que esboça uma concertação social alargada, neocorporativa? Ou que se deixa cada vez mais enredar nas teias do dirigismo, refém de um Estado cujas intervenções (e cuja acrescida propriedade) pesam cada vez mais sobre os parceiros sociais, ameaçando por vezes abafar a iniciativa privada?

Por ora, como adiante se verá, todas estas tendências se agitam no seio de uma *polis* ainda largamente indefinida, cujo equilíbrio permanece instável

---

\* Como adiante se explica (cf. infra 1.3, *in fine*), este artigo — escrito em francês e enviado em 1987 ao Instituto Universitário Europeu de Florença — é produto da primeira fase de uma investigação que prosseguiu e dará vários livros. A presente tradução permanece fiel a um original datado. Só em notas de pé de página — não numeradas e antes assinaladas por asteriscos — se esboçam algumas (poucas) actualizações.

Quanto à co-autoria, implicou acordo sobre a linha geral do todo e das partes principais. Mas cada uma destas teve um só redactor, livre na escolha da forma e na interpretação de pontos particulares. Couberam a M. de Lucena a introdução, a conclusão e o capítulo relativo ao associativismo agrícola e a C. Gaspar os capítulos dedicados ao movimento sindical e às confederações empresariais.

<sup>1</sup> Sobre a nossa preferência pelo conceito de institucionalização (da democracia) em detrimento do de uma assaz vaga consolidação — que figura no título do projecto internacional: «Interest organisations and democratic consolidation in Southern Europe» — cf. G. Gaspar, *Three footnotes on transition and democratic consolidation*, e M. Lucena, *L'avant et l'après: ébauches de conceptualisation*, textos apresentados na reunião dos responsáveis do dito projecto, que teve lugar em Florença, em Novembro de 1985.

vel dez anos após a entrada em vigor da Constituição de 1976. É certo que nem tudo continua a parecer possível no Portugal pós-revolucionário. Algumas saídas tornaram-se, nos últimos tempos, altamente improváveis, ao passo que outras se afiguram «naturais» ou, até, como que obrigatórias. Mas não vamos pôr-nos aqui a adivinhar o futuro. Emitindo embora hipóteses que o contemplam, dedicar-nos-emos sobretudo à análise *in concreto* das posições ocupadas, das atitudes tomadas e das acções empreendidas pelos mais importantes corpos representativos. Procurando descortinar as suas estratégias, bem como os interesses que têm servido e compreender as relações de uns com os outros, bem como as de cada qual com as respectivas bases sociais, com os partidos e com o Estado.

Trataremos de descrever realidades frequentemente mal conhecidas, esperando propiciar úteis comparações com outros países da Europa do Sul; analisaremos, por um lado, as numerosas mudanças (incluindo algumas autênticas rupturas) ocorridas desde 1968; e, por outro, as não menos notáveis continuidades que através dessas mudanças se nos dão: tão notáveis que é legítimo perguntar se, tudo somado, não prevalecem... Ao concluir, procuraremos responder a esta pergunta difícil, no quadro de uma teoria dos sistemas sociopolíticos e dos modelos de intermediação de interesses. Mas começaremos por algumas reflexões gerais sobre a história do Portugal pós-salazarista, indispensáveis para nos não perdermos na selva dos factos particulares.

### 1.1 QUADRO GERAL

À primeira vista, a experiência portuguesa dos últimos anos — quase vinte, já... — parece muito *sui generis*. Entre os seus traços distintivos, alguns ainda procedem do regime salazarista (cujo carácter condicionou muito do que se lhe seguiu), enquanto outros são próprios da transição para a democracia, pertencendo os restantes à institucionalização do regime democrático.

#### *a) Um regime autoritário moderado e, para o fim, «liberalizante»*

O salazarismo foi um autoritarismo sistemático e sufocante, mas prudente e a vários títulos moderado: *primeiro*, porque cultivou uma repressão selectiva, mais administrativa do que policial para a grande maioria dos cidadãos; *depois*, porque se manteve ideologicamente lasso, acolhendo várias inspirações e tolerando, por vezes largamente, as oposições culturais; e porque, bebendo sobretudo em doutrinas católicas, não incorporou nem criou nenhum movimento fascista visando conformar e controlar toda a vida social<sup>2</sup>; e, *finalmente*, porque, concebido como fautor de um corporativismo

---

<sup>2</sup> Sobre a definição do salazarismo enquanto «fascismo sem movimento fascista» cf. M. Lucena, *L'évolution du système corporatif portugais à travers les lois*, Paris, Institut de Sciences Sociales du Travail, 1971, memória de fim de curso, pp. XIV-XXXIII, *O Salazarismo*, Lis-

de associação, e não (ou só transitariamente) de Estado<sup>3</sup>, também aceitou importantes compromissos com o constitucionalismo liberal. É verdade que as liberdades e os direitos políticos reconhecidos pela Constituição de 1933 cedo caíram às mãos do legislador ordinário e que as eleições, supostamente livres, nunca deixaram de ser manipuladas pelos governos de Salazar. No entanto, o regime tinha freios e albergava sensibilidades «liberais» e cristãs-sociais insatisfeitas, que em momentos de crise emergiam: então, não poucos membros das suas *élites* tecno-burocrática e corporativa e do *establishment* económico — e até algum pessoal político situacionista — tendiam com certa naturalidade para a oposição...

Muito conservador, não foi, no entanto, um regime propriamente reacionário. Salazar quis modernizar o País à sua maneira, tentando preservar o essencial da velha ordem social e cultural metropolitana, bem como a posse de um vasto império ultramarino; e temendo, como a peste, os efeitos desagregadores de um crescimento económico impetuoso, ligado à multiplicação das relações com o estrangeiro. Eis o que terá contribuído para a lentidão do desenvolvimento capitalista em Portugal. Mas, a partir do Primeiro Plano de Fomento (1953) e, sobretudo, após a adesão do País à EFTA (1959), esse desenvolvimento acentuou-se, estimulado, na década de 60, pelos efeitos conjugados da emigração de centenas de milhares de trabalhadores portugueses para países europeus, do afluxo maciço de turistas estrangeiros e de três guerras coloniais, que, multiplicando as despesas militares, precipitaram uma maior abertura a capitais estrangeiros. *Pari passu*, alguns grupos económicos nacionais, crescidos à sombra do paternalismo salazarista, começavam a querer aligeirar a pesada tutela estatal, se não libertar-se dela. Na época, a sua progressão aparentemente irresistível impressionou a opinião pública (reparou-se menos no crescimento sub-reptício do sector público e semipúblico e no do cooperativismo agrícola...), enquanto um sindicalismo autónomo despontava — aproveitando uma conjuntura favorável no mercado de trabalho, bem como a concentração da mão-de-obra industrial em grandes empresas e a proliferação dos «colarinhos brancos», cujas reivindicações eram mais dificilmente controláveis do que as dos operários — e punha questões muito mais complexas e prementes que no passado. Ainda sob Salazar, o regime tentou responder-lhes: melhorando a lei do contrato de trabalho; criando certos serviços sociais, como, por exemplo, o da mão-de-obra; preparando a reforma e o alargamento da Previdência; e inflectindo pouco a pouco o corporativismo, para dar lugar a um mais providencial *welfare state*<sup>4</sup>. Já era alguma coisa, embora muito aquém das necessidades.

---

boa, *Perspectivas e Realidades*, 1976, pp. 28-75, e «Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica», in *Análise Social*, n.º 83, 1984, sobretudo pp. 429-432.

<sup>3</sup> Entre os defensores de um corporativismo de associação figuraram o Prof. Teixeira Ribeiro, futuro vice-primeiro-ministro de Vasco Gonçalves (1975), e Maria de Lourdes Pintasilgo, primeiro-ministro em 1979, quando já se inclinara para um socialismo autogestionário.

<sup>4</sup> Neste sentido cf. Howard G. Wiarda, *Corporatism and development: the Portuguese experience*, The University of Massachusetts Press, Amherst, 1977.

Em 1968, assim que Marcello Caetano sucedeu a Salazar (notemos, a propósito, que nem Mussolini nem Franco tiveram sucessor...), deu-se uma abertura do regime, conduzida pelo novo presidente do Conselho: abrandamento da censura; eleições gerais (em 1969) mais competitivas que no passado e com extensão do direito de voto a muitos cidadãos dele até aí desprovidos; entrada no Parlamento de uma «ala liberal», eleita nas listas do partido único, mas autêntica e muito combativa; certa contenção legalista das actividades da polícia política; promessas, vagas, mas sedutoras, de progressivo alargamento dos direitos e das liberdades políticas, que o próprio Caetano reconheceu terem sido demasiado limitadas. Não foi ao ponto de prometer o restabelecimento de um sistema político demo-liberal, mas alguns dos seus principais colaboradores, como Melo e Castro, manifestaram essa intenção.

Neste arranque, muitos salazaristas e anti-salazaristas acreditaram em que Marcello Caetano encarava a instauração, a prazo, de uma democracia representativa de tipo ocidental ou que acabaria por se lhe resignar; ou então, pelo menos, que criaria, antes de abandonar a cena política, condições para uma transição indolor<sup>5</sup>. Outros, pelo contrário, levando a sério a sua promessa de «renovação na continuidade», pensaram que ele aceitaria no máximo um pluralismo político limitado, necessário à passagem de um corporativismo coactivo, fascizante, construído e severamente tutelado pelo Governo, para outro mais consensual, em que os corpos intermediários da sociedade civil gozariam de real autonomia; e acharam que apostava no crescimento económico, propício ao aparecimento de um «Estado-Providência», a fim de levar os parceiros sociais a preferirem, no fundo, a «concertação» ao conflito<sup>6</sup>. E, com efeito, as reformas marcelistas mais ousadas e coerentes visaram: os sindicatos, que durante algum tempo tiveram a rédea bastante solta; a negociação colectiva, que se tornou mais efectiva e menos dependente dos humores patronais; e a Previdência (alargada a camadas ainda desprotegidas), cujos subsídios melhoraram sensivelmente... Pode, em suma, dizer-se que a intenção renovadora chegou a ter, no plano social, um perfil assaz nítido, enquanto permanecia vaga no plano político.

À vista do que em seguida se passou, esta discussão pode parecer vã. Em fins de 1970, a «renovação» deu os primeiros sinais de que perdia o fôlego. E, no Outono de 1971 — depois duma revisão constitucional que do mesmo passo decepcionou a «ala liberal» e alarmou os conservadores —, o regime já endurecera consideravelmente, atenuando cada vez mais as oposições política e sindical. O *charme* discreto do «marcelismo» rompia-se sem que o velho sentido da autoridade se restabelecesse... No 25 de Abril não houve ninguém

---

<sup>5</sup> Antes da queda do regime autoritário, nunca a questão de uma «ruptura pactuada» figurou na agenda política, mas certas esperanças da oposição moderada apontavam implicitamente para algo no género.

<sup>6</sup> Sobre o entendimento da «liberalização» marcelista como ensaio de passagem de um corporativismo a outro ver M. de Lucena, *L'évolution [...]*, pp. XLIX-LXVIII, e *O Salazarismo*, cit., pp. 89-114.

para defender um regime que parecia profundamente incapaz de se adaptar às exigências do nosso tempo. E, no entanto...

No entanto, mesmo sem se aceitar a tese segundo a qual Caetano, demasiado receoso e legalista, terá desperdiçado possibilidades magníficas, subsiste a impressão de que a sua impotência terminal foi mais devida às repercussões, na metrópole, da questão colonial do que a uma doença incurável do sistema político e da organização corporativa metropolitanos. À primeira vista, estes últimos pareciam bem mais propícios do que os franquistas a uma «liberalização» em profundidade ou, eventualmente, a uma «ruptura pactuada». Em Portugal, por exemplo, o partido único<sup>7</sup>, além de ser muito fraco e de se não assumir como tal, não tinha estatuto constitucional (a Constituição de 1933 não proibia sequer a criação de outros...), não controlava os sindicatos e não guardava memórias de guerra civil... É possível que esta impressão favorável não resista a uma análise mais atenta ao desenvolvimento económico dos últimos anos do franquismo ou às virtudes da monarquia borbónica restaurada em Espanha. Admitamo-lo. Nem por isso teremos de considerar a abertura de M. Caetano como mero expediente táctico ou como projecto quiçá sincero, mas absolutamente irrealista. Muito pelo contrário, correspondeu a movimentos de fundo da economia e da sociedade portuguesas, dando, de resto, a mão a tendências desde sempre presentes no interior do salazarismo: as quais, embora longamente reprimidas ou marginalizadas, não deixaram de o diversificar, dando espaço a sonhos capazes de lhe sobreviver...

De qualquer modo, sabe-se hoje, sem sombra de dúvida, que o futuro das reformas de Marcello Caetano não ficou inteiramente comprometido pela sua queda, longe disso. Como adiante veremos, a transição para a democracia deu lugar, em 1974-75, ao esboço de um novo autoritarismo (propício a ultrapassagens totalitárias...) que, pretendendo pôr as velhas estruturas corporativas ao serviço da revolução socialista, prometia ser muito menos «liberal» do que o marcelismo. Mas também veremos que, uma vez passada a vaga revolucionária, muitas coisas retomaram ou tendem a retomar, no essencial, o curso iniciado em 1968 ou até (em parte) um pouco antes. A impressionante recuperação, pelo Estado democrático e por *todos* os grandes partidos actuais, de tantos quadros superiores do Estado Novo (técnicos, administrativos e corporativos), bem como de algum do seu pessoal político — incluindo ex-ministros —, não é certamente fruto do acaso. Tal como não é por acaso que muitos dos principais autores e intérpretes da Constituição de 1976 e do direito social recente são gratos discípulos do sucessor de Salazar.

#### *b) Uma transição revolucionária tendendo para o despotismo*

Contrariamente ao que se passou em Espanha, onde foi gradual e objecto de negociações entre franquistas e oposicionistas — configurando uma «rup-

---

<sup>7</sup> Sobre este partido ou «não-partido» único chamado União Nacional ver Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988).

tura pactuada» —, a transição para a democracia partiu, em Portugal, de um golpe de Estado militar. Brusca ruptura, pois, como na Grécia, mas a qual, além da democratização da vida pública e da destruição do sistema corporativo, visou uma descolonização que (rapidamente consumada) reduziria drasticamente a área submetida à soberania portuguesa. Assim se aprofundou a ideia que Portugal se fizera da sua missão civilizadora e da sua importância geoestratégica, bem como os projectos de integração multirracial e pluricontinental com elas relacionados. Quer isto dizer que todos os pilares do templo salazarista — o autoritarismo, o corporativismo e um nacionalismo «imperial» — deram em terra de um dia para o outro; e que o País teve de se interrogar não só sobre novas formas de organização sociopolítica, mas também sobre o seu próprio ser e sobre o seu papel no mundo. Eis algo de original, com muito de traumático...

Original também, pelo menos em relação à Grécia, à Espanha e à Itália pós-autoritárias, o facto de essa ruptura, precedida por uma liberalização falhada, ter sido quase imediatamente seguida por uma revolução tumultuosa, de perfil acentuadamente colectivista. Inspirada por diversos marxismos, bem como pela experiência de militares que pretenderam aplicar à ex-metrópole certos métodos aprendidos com movimentos de libertação africanos, essa revolução foi orientada e desorientada pelos elementos mais «progressistas» do MFA, por movimentos esquerdistas e pelo PCP (bem como, nos seus primeiros passos, por um Partido Socialista que fez de aprendiz de feiticeiro antes de se virar contra o feitiço...); e conseguiu, em poucos meses, alterar profunda e duradouramente as estruturas socioeconómicas do País.

*Profundamente*, porque a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros, da siderurgia e da metalurgia pesada, da química e da petroquímica, do cimento, do essencial dos transportes, etc., destruiu os grandes grupos privados portugueses (enquanto poupava as empresas e o capital estrangeiros...) e alargou desmesuradamente o sector público<sup>8</sup>; e porque, no Sul, uma «reforma agrária» assente em expeditas ocupações de terras, dirigidas pelos sindicatos de trabalhadores agrícolas — aos quais certas unidades militares deram grande apoio —, atingiu em cheio, indistintamente, velhos latifúndios e modernas explorações agrícolas<sup>9</sup>, uns e outras substituídos por centenas de cooperativas e «unidades colectivas de produção» (UCP).

*Duradouramente*, porque, apesar de a revolução ter capotado em Novembro de 1975, muitas das suas conquistas perderam, entre elas se contando todas as grandes nacionalizações directas — declaradas «irreversíveis» pela

---

<sup>8</sup> O Estado Português também se apoderou de muitas empresas que pertenciam às directamente nacionalizadas, designadamente a bancos. E muitas outras passaram, por via bancária, a depender materialmente dele.

<sup>9</sup> Era apenas um começo. A prazo, as pequenas e médias explorações individuais ou familiares também estavam condenadas, no Norte como no Sul (cf. Oliveira Baptista, *Portugal 1975 — Os Campos*, Porto, Ed. Afrontamento, 1978, e António Barreto, *Anatomia de Uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987).

Constituição de 1976 — e uma parte ainda considerável das UCP: com efeito, a destruição lenta e sistemática da «reforma agrária» (particularmente sob a forma de devoluções de terras, ditas «reservas», aos seus antigos proprietários ou possuidores) só começou verdadeiramente em 1980. Bem mais triste foi o destino da maior parte das iniciativas basistas (autogestões industriais e comerciais, comissões de moradores, cooperativas de habitação, etc.), rapidamente anuladas ou desnaturadas. É verdade que a Constituição de 1976, na qual serpenteiam veleidades dessa espécie, proclama que a propriedade social predominará e que as empresas nacionalizadas devem evoluir na medida do possível para «formas autogestionárias». Mas todos os governos constitucionais se guardaram até hoje de enveredar por esse caminho; e a nova (poderosa) «classe» dos gestores públicos nem quer ouvir falar em tal...

A estratégia adoptada pelo Partido Comunista Português — que penetrou em inúmeros organismos corporativos (sindicatos, grêmios da lavoura, casas do povo...) para os transformar, mediante adequadas depurações e retoques institucionais, em instrumentos da «construção do socialismo» — será examinada *in extenso* adiante. Mas convém desde já dizer que o PCP teve a certa altura de jogar na chamada «Aliança Povo/MFA»<sup>10</sup> (outra alavanca da referida «construção»), que era muito perigosa para todos os partidos e movimentos políticos, incluindo os revolucionários, na medida em que, misturando militarismo e anarco-populismo, tendia, na melhor das hipóteses, a subalternizá-los e, na pior, a dispensá-los. Mas o PCP esperava poder servir-se dela (com pinças e marcando distâncias) para assentar pouco a pouco a sua hegemonia. Entretanto, precisava dos militares, grandes senhores da transição. Estamos chegando a outro ponto.

Original, enfim, o facto de em Portugal os militares (nem sempre os mesmos) terem regido não só o período transitório, mas também o início da própria institucionalização democrática e ainda — embora *in diminuendo* — a primeira etapa da democracia institucionalizada. Com efeito, o MFA negociou com os partidos políticos representados na Assembleia Constituinte dois pactos constitucionais tendentes a predeterminar capítulos decisivos da lei fundamental. Assinado a 13 de Abril de 1975, em plena aceleração revolu-

---

<sup>10</sup> Segundo o famoso «Documento-guia», aprovado em 8 de Julho de 1975 pela assembleia do movimento militar, essa Aliança Povo-MFA tomaria corpo na colaboração entre duas ordens de instituições: *a) por um lado*, as do poder popular, assente em assembleias municipais, fruto de um enlace entre comissões de trabalhadores e comissões de moradores e que, por sua vez, originariam assembleias distritais, produzindo estas, enfim, uma Assembleia Popular Nacional; *b) por outro lado*, as do poder militar, consistentes em assembleias de oficiais, sargentos e praças, começando pelas de unidade, passando pelas de região e desembocando na Assembleia do MFA. Todas estas assembleias militares eram supostas colaborar intimamente com as populares de nível correspondente (para o que haveria representantes seus junto delas), designadamente para vigiarem a acção do Governo e da administração pública. Mas, sempre de acordo com o «Documento-guia», a Aliança Povo-MFA seria encabeçada pelo Conselho da Revolução, «órgão supremo da soberania nacional». E o CR era — note-se — inteiramente composto por oficiais de carreira, na escolha dos quais se não previa a menor participação de qualquer assembleia, popular ou militar...

cionária — quando era enorme a pressão de comunistas, esquerdistas e militares «avançados» —, o primeiro pacto: *a*) obrigava os partidos signatários a inscreverem na Constituição não só as precedentes «conquistas revolucionárias», mas também todas quantas viessem a ocorrer ao longo da «via original de um socialismo português»; *b*) confiava a eleição do presidente da República a um colégio compreendendo, por um lado, os deputados e, por outro, os membros da Assembleia do MFA, composta por oficiais, sargentos e soldados; *c*) atribuía ao Conselho da Revolução, *inter alia*, o controlo da constitucionalidade das leis<sup>11</sup>, o monopólio da legislação militar e o poder de legislar sobre qualquer matéria urgente de interesse nacional...; *d*) previa que representantes do MFA vigiassem os trabalhos da Assembleia Constituinte. Assinado a 26 de Fevereiro de 1976, ou seja, três meses depois do 25 de Novembro, o segundo pacto deu corpo à revisão do primeiro, exigida pelos Partidos Socialista, Social-Democrata e Democrata-Cristão, concedendo aos militares (e não ao MFA, o qual, teoricamente, ainda existia, mas já praticamente se dissolvia, batido pela reconstituição da hierarquia militar clássica) uma posição ainda importante, mas bem menos eminente. Na verdade, não fazia qualquer referência à Assembleia do MFA, previa que o presidente da República, eleito por sufrágio universal, detivesse importantes poderes, no quadro de um sistema semipresidencialista, e, quanto ao Conselho da Revolução, que só legislasse em matérias militares. Em sentido contrário, porém, mencionem-se as cláusulas dispondo que o CR continuaria a apreciar a constitucionalidade de todas as leis ordinárias<sup>12</sup> — as quais, apesar da viragem política, deviam encaminhar Portugal para o socialismo...<sup>13</sup> — e que o presidente precisaria do seu acordo para dissolver o Parlamento ou declarar o estado de sítio. Para compreender bem estas disposições, que foram plenamente seguidas de efeito (a Constituição, finalmente aprovada, retoma-as ponto por ponto), é preciso saber duas coisas: à *uma*, que, apesar da presença de outros partidos à mesa das negociações, o acordo reflectiu sobretudo uma convergência entre o PS e o «grupo dos nove», concor-

---

<sup>11</sup> Além destes e doutros específicos poderes, cabia ainda ao CR a orientação geral das políticas interna e externa, pelo que não se estranhou a disposição do primeiro pacto segundo a qual os ministros da Administração Interna, da Defesa e do Plano deveriam gozar da sua confiança. Estranha é a ausência de outros ministros, a começar pelo dos Estrangeiros, nesta enumeração.

<sup>12</sup> Esta fiscalização compreendia a das chamadas «inconstitucionalidades por omissão», podendo o CR recomendar à Assembleia da República ou ao Governo que tomassem medidas em cumprimento de preceitos constitucionais ameaçados de ficarem letra-morta. Esses preceitos seriam (e foram) sobretudo os do programa socialista. Na prática, o CR acabou por quase nada fazer em matéria de inconstitucionalidades por omissão, mas é de notar que, ao negociar o segundo Pacto, ainda reclamou o direito de se substituir como legislador à Assembleia e ao Governo, caso estes não seguissem prontamente as ditas recomendações. Cf. Jorge Miranda, «Inconstitucionalidade por omissão», in *Estudos sobre a Constituição*, vol. 1, Lisboa, Liv. Petrony, 1977, p. 338.

<sup>13</sup> Decorrente do exercício do poder pelas «classes trabalhadoras», este socialismo era suposto desaguar, em devido tempo, numa «sociedade sem classes» (cf. Constituição de 1976, artigos 1.º e 2.º).

des na firme disposição de manter o diálogo com os comunistas e de não ceder o poder à «direita»; à *outra*, que havia um entendimento tácito segundo o qual o primeiro presidente da nova República seria um militar — e um militar que fizesse a ponte entre os «capitães de Abril» socializantes e a hierarquia clássica das Forças Armadas —, sendo o general Ramalho Eanes o homem de quem já se falava.

Uma vez institucionalizado, o regime democrático ficou, portanto, durante alguns anos ainda, sob tutela militar — atenuada e discreta, mas real —, numa espécie de prolongamento da transição. Até 1981, o presidente Eanes (eleito em 1976, reeleito em fins de 1980) foi também chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. O Conselho da Revolução durou — mantendo todas as suas competências — até à revisão constitucional de 1982. E pelo primeiro presidente civil o País esperou até 1986. Pouco a pouco, lá se foi consumando o regresso dos militares aos quartéis. Mas ainda restam, como já veremos, outras anomalias constitucionais.

*c) Uma democracia ocidental, ma non troppo*

Após a entrada em vigor da Constituição de 1976, a democracia portuguesa permaneceu, além de imperfeita, indefinida (e portanto duvidosa) em pontos essenciais. Ligada à tutela militar, a imperfeição está, desde 1986, ultrapassada. Mas a indefinição persiste, embora o seu âmbito se tenha reduzido ao longo dos últimos anos. Sem poupar outros domínios, afecta sobretudo o sistema económico, ainda hesitante entre o neoliberalismo, o socialismo capitalista (ou capitalismo socialista) de Estado e veleidades autogestionárias. Donde uma séria questão constitucional, que temos de resumir aqui.

Preconizando a existência, «na fase de transição para o socialismo», de três sectores de propriedade dos meios de produção — o público, o cooperativo e o privado —, a Constituição de 1976 definiu este último como residual e consagrou (ainda consagra, depois da revisão de 1982) o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e dos solos, enquanto programava a interdição à iniciativa privada dos sectores fundamentais da economia (e, com efeito, vários, a começar pela banca, lhe foram vedados por lei em 1977), declarava a irreversibilidade das nacionalizações, acolhia a Reforma Agrária, abria a porta ao controlo pelo Estado de todo o comércio externo, etc., insistindo no socialismo até ao ponto de constituir qualquer governo saído de eleições livres, por mais conservador que fosse, no dever de se dedicar à sua «construção»<sup>14</sup>. Não é pois de estranhar que o Partido Comunista, começando por se escandalizar com a orientação que enfim prevaleceu na Assembleia Constituinte, se tenha depois tornado um acérrimo defensor da lei fundamental...

<sup>14</sup> Cf. Constituição de 1976, artigo 185.º, n.º 2, redacção primitiva, eliminada na revisão de 1982.

Na verdade, o texto de 1976 tem duas almas<sup>15</sup>. Uma delas, devotada à construção de um socialismo obrigatório, cujo anjo da guarda deveria ter sido o Conselho da Revolução, é muito autoritária e obstinada, chegando a querer impedir no futuro qualquer revisão de numerosas disposições e princípios constitucionais. Mas a outra, que não poderia ser mais liberal, expande-se copiosamente no capítulo dos direitos e liberdades dos cidadãos (generosamente alargados e protegidos de eventuais picardias administrativas ou assaltos do legislador ordinário), bem como nas normas que promovem o pluralismo político, dignificam o Parlamento, sua sede excelentíssima, e favorecem os partidos, seus indispensáveis instrumentos. Ora foi desde logo evidente que esta duplicidade constitucional punha, na prática, um dilema semelhante ao da Constituição salazarista de 1933, que também reconhecera formalmente os direitos e liberdades políticos e definira um programa político-ideológico imperativo, no qual o corporativismo e o nacionalismo ocuparam o lugar tomado em 1976 pelo socialismo e por alguns suspiros internacionalistas. Em ambas as Constituições, o compromisso escondia um conflito irredutível: com o tempo, uma das almas tinha, forçosamente, de prevalecer sobre (e contra) a outra. Deste ponto de vista, a única diferença está em que, desta vez, a liberal parece salva e há vários anos já se não promove nenhuma «construção do socialismo»; ao passo que nos anos 30 e seguintes se foi mesmo construindo o corporativismo, à custa dos referidos direitos e liberdades. É por certo uma diferença de tomo, mas devida ao fluir das relações políticas muito mais do que à jurídica natureza dos textos em apreço. E a causa ainda não pode considerar-se encerrada.

Com efeito, quem atentamente examine a presente situação constitucional logo dará pela contradição, às vezes aguda, entre um sistema político já decididamente inscrito na tradição democrática ocidental (o Conselho da Revolução foi extinto em 1982) e um sistema económico que permanece ambíguo. É verdade que também aqui se tem caminhado, sobretudo a partir de 1979, no sentido de uma certa liberalização económica e do restabelecimento da iniciativa privada. Mas, chegados a 1987, nesta última continua excluída de importantes ramos de actividade e o sector público conserva um peso imenso, emprega demasiada gente, não é racionalmente gerido nem se desembaraça das suas empresas inviáveis, contribui poderosamente para os *deficits* do Estado e absorve muitos créditos e outros recursos cuja falta se faz cruelmente sentir noutros lados. Como já dissemos, ainda nenhuma grande nacionalização foi desfeita e uma parte bastante considerável das terras ocupadas permanece na posse das unidades colectivas de produção, não se decidindo o Estado, nem num caso nem no outro, a indemnizar razoavelmente os expropriados. É verdade que já se não mostra hostil aos capitalistas, muito pelo contrário. Mas, sem doutrina assente, vergado pelo peso das suas propriedades e responsabilidades, receoso das reacções sindicais e continuando

---

<sup>15</sup> Sobre as contradições e o «nominalismo» da Constituição de 1976 ver M. de Lucena, *O Estado da Revolução*, Lisboa, Ed. Expresso, 1978, pp. 87 e segs.

a albergar tendências expansionistas, ainda não garante aos empresários portugueses (certos estrangeiros são mais bem servidos) condições propícias a um vigoroso arranque. No terreno económico, a revisão constitucional de 1982 só limou certas arestas ideológicas do programa socialista<sup>16</sup> e a instabilidade política também não facilita nada: com boa ajuda do sistema eleitoral (proporcional), Portugal teve, entre Julho de 1976 e Agosto de 1987, doze governos de várias cores, ora minoritários ora assentes, quando maioritários, em coligações que ou se revelaram frágeis ou enfrentaram a surda, mas eficaz, oposição do chefe de Estado, detentor de uma posição-chave no sistema semipresidencialista<sup>17</sup>.

Nestas condições \*, o colectivismo e o estatismo só pouco a pouco e parcialmente têm recuado, mantendo importantes posições e conseguindo por vezes consolidá-las. É certo que deixou de ser viável uma ofensiva revolucionária fulminante como a de 1975. Mas não pode excluir-se em absoluto que a colectivização prossiga dissimuladamente, sob as espécies de um capitalismo de Estado alheio, pelo menos aparentemente, ao marxismo em crise e a um Partido Comunista detestado por demasiadas pessoas. O estatismo tem no nosso país mais antigas e profundas raízes: patrimonialistas, jacobinas, corporativas... E é de rezear que a adesão à CEE, favorecendo ao princípio certa liberalização económica, venha mais tarde a provocar uma poderosa reacção proteccionista, se a concorrência dos nossos parceiros europeus se tornar esmagadora e os regulamentos comunitários excessivamente rudes para Portugal. Quem sabe se a iniciativa privada portuguesa, tradicionalmente tão fraca e que tanto dependia ainda do Estado quando foi atropelada pela Revolução, será capaz de enfrentar o desafio europeu sem perder todo o seu já de si modesto espírito de autonomia? E quem sabe que pressões populares e outras se exercerão amanhã sobre os poderes públicos para

---

<sup>16</sup> A iniciativa privada já não é concebida como algo de residual. Os governos deixaram de estar obrigados à «construção do socialismo» e o MFA, tendo deixado de participar no exercício da soberania, perdeu todas as funções que lhe eram cometidas pela Constituição (cf. texto de 1976, artigos 3.º, n.º 2, e 10.º, n.º 1). Mas a evolução para uma sociedade sem classes, a apropriação colectiva dos principais meios de produção e dos solos e a irreversibilidade das nacionalizações permanecem desígnios e regra constitucionais.

<sup>17</sup> É de notar, a propósito, que o general Ramalho Eanes, presidente da República de 1976 a 1986 — e acumulando o mais alto cargo com o de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas até 1981 e com o de presidente do CR até à extinção deste último, em 1982 —, sempre foi, no fundo, hostil às maiorias (de coligação) que no decurso dos seus mandatos se lhe depararam; sentindo-as, compreensivelmente, como ameaça ao seu poder e aos seus projectos políticos. A última dessas coligações, foi a do bloco central (PS/PSD), cujo sucesso teria impossibilitado o aparecimento do PRD, partido «eanista» que se pretende a meio caminho entre o socialismo e a social-democracia. Mas é claro que, nos seus últimos tempos de Belém, Eanes já não era o líder político da instituição militar.

\* Os últimos anos têm sido politicamente estáveis e assistido a grandes afluxos de fundos comunitários e investimentos estrangeiros, às reprivatizações consentidas pela revisão de 1989 — que eliminou a «construção do socialismo» do programa constitucional — e à emergência de novos grupos económicos. Algo liberalizada, a actividade económica mostra-se hoje mais dinâmica e também mais dependente de estímulos e orientações exteriores. (Nota de 1991.)

que eles assegurem o investimento, salvem empresas, garantam empregos? Não havendo respostas firmes para estas interrogações, é evidente que a nossa questão constitucional permanece jurídica e materialmente em aberto.

Igualmente em aberto está a definição do sistema de intermediação dos interesses. Em 1974-75 estiveram em liça todos os grandes modelos, incluindo o corporativo, vigorosamente retomado — na versão estatizante — por um Partido Comunista que queria pôr ao serviço da revolução o essencial da engrenagem salazarista. Depois, o leque das possibilidades foi-se fechando, em detrimento, designadamente, do modelo sindicalista de Schmitter<sup>18</sup> (simples variante, em nossa opinião, do que ele chama pluralista e nós liberal, adiante se verá porquê); mas, chegados a 1987 — e enquanto certos organismos corporativos de raiz salazarista continuam a dar prova duma notável capacidade de sobrevivência e de adaptação —, ainda não há modelo dominante, nem estável compromisso de modelos, mas tão-só concorrência e sobreposições; oscilando-se entre um liberalismo ora contido ora selvagem e incipientes ensaios neocorporativos nos quais ainda não é claro o que mais contará: se a mão do Estado, se o espírito «concertante» dos parceiros sociais. Eis um tema central deste ensaio ao qual várias vezes voltaremos. Não é preciso insistir nele aqui.

Acima referido *en passant*, o último traço distintivo da democratização portuguesa consiste no facto de ela se ter inscrito (acelerando-o primeiro e sofrendo-lhe depois a ressaca) no movimento histórico de mais vasto alcance que encerrou, com a descolonização, o «ciclo do Império» e terá aberto, bem antes de pedida a adesão à CEE, o da integração na Europa. Comportando uma espécie de metamorfose da Nação, simultaneamente dolorosa e despercebida, esta passagem marcou profundamente a transição para a democracia e continua a marcar a sua institucionalização. Com efeito, a saída das colónias e a entrada na CEE contaram-se entre as causas (ou pretextos, mas eficientes) de muitas coisas. Entre as quais: *a*) o arranque da revolução e depois a sua travagem, consumada logo após o regresso dos últimos soldados de África; *b*) os problemas económicos e sociais resultantes da perda súbita e total das matérias-primas e dos mercados coloniais, acompanhada pelo brusco regresso à metrópole de centenas de milhares de colonos; *c*) a tentação «terceiro-mundista» e neutralista de 1975; *d*) as desmedidas esperanças europeias que se lhe seguiram (propícias a futuras desilusões e rejeições, que já se esboçam), como se a Europa da CEE fosse o maná, remédio miraculoso e gratuito para a crise económica e modelo de beatas imitações políticas e culturais; *e*) a evolução e as atitudes de umas Forças Armadas cuja necessidade é questionada, cuja reciclagem e modernização se têm revelado tão problemáticas como a redefinição das suas missões, cujos quadros sofreram uma drástica redução e cujos oficiais de carreira, sobre terem sido

---

<sup>18</sup> Sobre os modelos de Schmitter cf. M. de Lucena, «Neocorporativismo: conceito, interesses e aplicação ao caso português, in *Andlise Social*, n.ºs 87-88-89, 1985, pp. 835 e segs., e a conclusão deste ensaio.

postos em causa por uma revolução que engendrou «sovietes» de soldados, temeram pagar, à mão esquerda, as contas das guerras coloniais; ou ser, em caso de regresso das direitas, bodes expiatórios da descolonização. Tudo isto pesou na consciente ou inconsciente preferência de muitos deles por governos frágeis ou sem grande carácter, que não se inclinam muito para nenhum dos lados, bem como na lentidão do regresso da tropa a quartéis e no seu desejo de continuar durante alguns anos a condicionar o poder político civil, designadamente através da instituição presidencial.

Nesta ordem de ideias, muito mais se poderia dizer. Mas apenas pretendemos sugerir que, depois da descolonização, o grande problema português não consiste apenas em democratizar e desenvolver. Mesmo quando andam de braço dado (e a sua aliança ainda não é evidente em Portugal), a democratização e o desenvolvimento não bastam para definir uma identidade política — a qual também se não deduz do perfil da cultura, por mais nítido que ele seja — nem para garantir a independência nacional. Se aos portugueses faltarem determinação e imaginação, bem pode suceder que venham a pagar algum enriquecimento e as liberdades individuais com sistemática subordinação colectiva a interesses e poderes exteriores. Outros países correm o mesmo risco, mas provavelmente em menor grau, pois nenhum deles acaba de ficar sem um império colonial como o nosso, muito maior do que a ex-metrópole, que com ele e por ele se habituara a contar e a pesar (se bem ou mal, é outra questão) nas relações internacionais.

## 1.2 MÉTODO E FONTES

Ao traçarem o quadro no interior do qual se situam e devem ser entendidas as nossas associações de interesses, as páginas precedentes já contêm algumas precisas sugestões metodológicas. A primeira recomenda que se preste muita atenção às raízes do associativismo anteriores à queda do regime autoritário e em especial às que mergulham nos anos da sua falhada «liberalização». De acordo com a segunda, não deve a análise das continuidades e rupturas limitar-se à comparação entre, por um lado, o salazarismo e o marcelismo, que precederam a viragem de 1974, e, por outro, a transição para a democracia e a institucionalização desta última, que se lhe seguiram. Para rejeitar tal simplismo bastará lembrar que, no auge da referida transição, quando Portugal parecia prometido a um despotismo populista, se não a uma «democracia popular», houve repescagem de esquemas salazaristas de organização corporativa; ao passo que agora, entrado na CEE, bem pode ser que se encaminhe para um «neocorporativismo» semelhante ao que despontou sob Marcello Caetano. Mesmo que tal não venha a suceder (e é verdade que o regime democrático tarda a encontrar o seu equilíbrio — o seu «concerto»... — entalado entre acessos de liberalismo selvagem e a pressão estatizante), é muito significativo que a institucionalização da democracia tenha exigido, designadamente ao nível da organização dos interesses económicos, grandes rupturas com a transição que imediatamente a precedeu...

Seja como for (e eis a terceira sugestão), cumpre analisar em profundidade as relações que as associações em apreço entretêm com o Estado — poder sobranceiro que também é, enquanto empresário e patrão, o maior dos parceiros sociais — e com esses outros intermediários maiores que são os partidos políticos, muito avantajados pela Constituição. Ao fazê-lo, iremos entreverendo o estado em que se acha a sociedade civil, reflectido na vitalidade ou na apatia das referidas associações, na importância ou na insignificância do que têm feito ou deixado de fazer e no grau de independência ou de submissão dos seus dirigentes perante pressões partidárias e governamentais. Na nova transição, pós-revolucionária, em que o País se acha, inçada de incertezas e de dificuldades, mas também de extraordinárias possibilidades, é de temer que muitos deles oscilem entre um servilismo de clientes pobretanas e arrogantes despachos «europeus». Tal como oscilam, noutro plano, entre a descontraída manipulação de massas associativas dispersas e ignaras e uma excessiva colagem a reivindicações basistas.

Finalmente, será preciso identificar os interesses económicos e os grupos sociais em presença, pressentir as suas estratégias por vezes encapotadas, saber, se possível, quem perde e quem ganha o quê. Mas queremos prevenir desde já o leitor de que esses interesses e grupos só os estudaremos na medida (limitada) e à medida (datada) em que eles se forem manifestando dentro das respectivas instituições como actores ou factores envolvidos na história do nascimento e do desenvolvimento delas. No fundo, só nos interessaremos aqui pela função de intermediação (muito política) que estas instituições exercem e pelos lugares que conquistam ou lhes são atribuídos no seio da democracia portuguesa. Quer isto dizer que em outras coisas — como, por exemplo, a sociologia das classes ou a história e a análise económicas — só incidentalmente tocaremos.

Quanto às fontes do nosso conhecimento, objecto de numerosas notas de pé de página, devemos chamar já a atenção dos leitores para o papel que — sem atropelaram as escritas — têm tido na nossa investigação as orais. Consistem estas nas muitas dezenas de entrevistas que fizemos a dirigentes associativos, a altos funcionários e a responsáveis políticos envolvidos nas lides descritas. Algumas dessas entrevistas foram (e as mais importantes são, pois ainda não terminaram) entrevistas muito «aprofundadas». É de salientar, agradecendo, a excepcional disponibilidade da maior parte dos entrevistados, que — pondo à nossa disposição os seus arquivos pessoais ou facultando-nos largamente o acesso aos das organizações por eles lideradas — têm aceite não só conversar connosco muitas horas, mas também submeter-se, por nosso intermédio (sessão após sessão), ao esclarecedor confronto, quase de *cross-examination*, com memórias e opiniões diferentes das suas, o mais das vezes procedentes de campos inimigos ou de pertinazes oposições internas. Eis o que não impediu a subsistência de algumas dúvidas importantes em matérias de facto, a cuja discussão por extenso ainda não procederemos. Este texto não passa de um princípio de conversa e outros se lhe seguirão.

### 1.3 PLANO

Nos capítulos seguintes concentramo-nos nas instituições cimeiras (confederações e centrais), bem como em algumas associações de âmbito ou projecção nacional cuja problemática se relaciona e por vezes colide com a delas<sup>19</sup>. Mas, querendo saber da sua real importância e do seu enraizamento ou desenraizamento nos respectivos meios sociais, também nos acontece falar de federações sectoriais, de uniões regionais e de associações primárias especialmente importantes.

A análise de cada uma das instituições maiores incidirá: *a)* sobre a sua *vida interior*: fundação, adesões, regras do jogo estatutárias e informais, grupos dirigentes, sua evolução, dissensões e relações com a base, etc.; *b)* sobre a sua *projecção externa*, compreendendo, por um lado, o domínio representativo (concorrência, negociações e conflitos colectivos, concertação social, filiações internacionais...) e, por outro lado, o político: posições e atitudes relativas à Constituição e à revisão constitucional, à adesão de Portugal à CEE e a eleições legislativas e presidenciais; relações com partidos políticos, etc. Começaremos pelos sindicatos, que foram os primeiros a mudar. Em seguida será a vez do associativismo industrial, frequentemente confrontado com acções sindicais. E depois virá o dos agricultores, precedendo o capítulo das conclusões.

Fica por ora de parte a organização dos comerciantes, campo em que a nossa pesquisa ainda vai atrasada\*. O presente ensaio apenas encerra a sua primeira fase, inserida num projecto internacional do Instituto Universitário Europeu de Florença<sup>20</sup>. A segunda, de âmbito nacional —

---

<sup>19</sup> São as grandes associações vindas do século passado — Associação Industrial Portuguesa, Associação Industrial Portuense e Associação Central da Agricultura Portuguesa, Associação Comercial de Lisboa e Associação Comercial do Porto —, cuja existência à margem da organização corporativa foi tolerada pelo salazarismo e que, depois do 25 de Abril, também não mergulharam no seio das novas confederações.

\* Também não abordamos aqui o associativismo exclusivo das pequenas e médias empresas industriais e comerciais, que em Portugal, ainda não manifestou uma significativa autonomia, nem uma importância social comparável à dos movimentos de pequenos e médios agricultores. Todavia, as PME encontram-se frequentemente nos cálculos dos dirigentes das confederações e das grandes associações, designadamente quando pensam nos efeitos da adesão de Portugal à CEE sobre uma mole empresarial que pode estar prestes a passar por sérias dificuldades e angústias. Até agora, a propaganda dos movimentos que se reclamam das «pequenas e médias» empresas industriais e comerciais — reunidas desde 1987 numa Confederação, CCPME — tem sido pouco convincente e as suas posições anticomunitárias, quando não anticapitalistas, parecem excessivamente próximas das do PCP. Mas ainda é cedo para se concluir que, em tempos de crise e de gradual reconstrução de uma hierarquia completa (quando voltam a existir grandes grupos privados), o movimento associativo de PME não virá a ter um peso bem maior do que o actual. (*Nota de 1991.*)

<sup>20</sup> Este projecto («Interest Organizations and democratic consolidation in Southern Europe»), cuja coordenação geral ficou a cargo dos professores Philippe Schmitter e Salvador Giner, envolve, além da nossa, outras «equipas nacionais», com sede nas Universidades de Madrid (Complutense), Milão, Atenas e Istambul (Bogacizi), à frente das quais se acham, respectiva-

mantendo-se todavia o apoio da Tinker Foundation, à qual manifestamos a nossa gratidão —, visa o desenvolvimento e o aprofundamento do que aqui vai.

Quanto ao que aqui vai, deve dizer-se que é fruto do trabalho de uma equipa que, além dos co-autores, compreende outras pessoas, a duas das quais — Maria Inês Mansinho, do Instituto Superior de Agronomia, e José Barreto, do Instituto de Ciências Sociais, instituição onde decorre o projecto — caberá a redacção dos mais desenvolvidos e aprofundados textos finais — livros, espera-se — sobre o associativismo agrícola e o movimento sindical respectivamente\*. Ao escrever sobre estas matérias, muitas informações e sugestões lhes ficámos a dever. Mas é claro que toda a responsabilidade pelo que esteja mal nos pertence, até porque nem sempre os seguimos.

## 2. REFORMAS E REVOLUÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

O sindicalismo salazarista pode ser caracterizado, por um lado, pelo grau da sua dependência em relação ao Estado e, por outro lado, pelo seu modo principal de organização. A tutela estatal compreendia a homologação das direcções sindicais eleitas pelo ministro das Corporações, que tanto podia recusá-las arbitrariamente como suspendê-las, destitui-las e dissolver os próprios organismos. Pela sua parte, a estrutura unitária do sindicalismo português assentava, o mais das vezes, em estreitos sindicatos profissionais. Onde, frequentemente, uma pulverização que enfraquecia a posição dos representantes dos trabalhadores aquando das negociações colectivas. Finalmente, a filiação internacional dos sindicatos estava proibida e, em geral, o controlo político exercia-se sobre estes de modo a excluir todos os sinais «preocupantes» de autonomia e de pluralismo interno<sup>21</sup>.

Em finais dos anos 60, no entanto, os responsáveis do regime tomam cada vez mais consciência de que os processos de controlo em vigor retiram às direcções sindicais toda a credibilidade enquanto representantes dos associados e de que o sindicalismo profissional está cada vez mais obsoleto em relação à modernização e à concentração industriais. Portanto, o esforço tardio de um corporativismo associativo, que teve lugar sob o governo do

---

mente, os Profs. Victor Perez-Diaz, Marco Maraffi (que sucedeu a Leonardo Morlino), Georges Mavrogordatos e Ilkay Suner.

\* Estão já quase prontos dois: *A Formação do Sindicalismo Moderno em Portugal*, de José Barreto, e *As Aventuras das Associações Empresariais*, de Carlos Gaspar. E outros dois deverão em breve juntar-se-lhes: *Agricultura Associada*, de Inês Mansinho, e *Forças Vivas e Poder Constituinte*, de Manuel de Lucena, títulos provisórios. (Nota de 1991.)

<sup>21</sup> Cf. M. de Lucena, *O Salazarismo*, cit., pp. 228-246; Howard G. Wiarda, *Corporatism and development*, cit., pp. 110, 130 e segs. e 237 e segs.; e José Barreto, «Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano», in *Análise Social*, n.ºs 105-106, 1990, pp. 57-117, capítulo de *A Formação do Sindicalismo Moderno em Portugal, 1968-1988*, Lisboa, ICS, 1989, primeira versão dactilografada.

sucessor institucional de Oliveira Salazar, insere-se numa evolução do pensamento corporativo, que retoma, com menos ilusões (como a de uma «auto-direcção da economia»), a inspiração originária, bem como numa transformação social marcada pelo desenvolvimento da indústria e dos serviços, pela concentração urbana, pela acrescida força dos trabalhadores assalariados e ainda por expectativas sociais mais elevadas e uma relativa escassez de mão-de-obra, devida sobretudo à emigração.

## 2.1 OS PRIMEIROS PASSOS PARA O PLURALISMO

Os primeiros anos do último período do regime autoritário serão caracterizados por três movimentos que se encadeiam. *Primeiro*, em 1969, a promulgação de leis traduzindo a vontade do regime de «liberalizar» a vida sindical e as relações sociais de produção. A lei sindical é revista: as direcções eleitas não voltarão a ser homologadas pelo ministro, que deixa de as poder suspender ou destituir, sendo os tribunais comuns as únicas instâncias competentes para aplicar essas sanções<sup>22</sup>; são tomadas disposições legais para contrariar a pulverização sindical e a filiação internacional dos sindicatos deixa de estar proibida. Por outro lado, o quadro da contratação colectiva é reformado: daí em diante, a negociação passa a ser obrigatória (desde que pedida por uma das partes, normalmente a parte sindical...), estabelecendo a lei os seus prazos e as regras da conciliação e da arbitragem, obrigatórias também, se for caso disso<sup>23</sup>. O desígnio destas medidas é simultaneamente assegurar uma função reguladora dos sindicatos corporativos — no quadro reformado da negociação colectiva — e enquadrar as dinâmicas sociais através das organizações sindicais, assegurando, pela recusa do pluralismo sindical, a continuidade fundamental da estrutura unitária. *Em seguida*, estimulada pela abertura oficial, uma participação crescente dos trabalhadores nos sindicatos oficiais, particularmente nos centros urbanos e nos maiores sindicatos dos serviços e da indústria (sobretudo nos primeiros), que se traduzirá na eleição de direcções sindicais próximas das correntes da oposição política. E, *finalmente* — após a campanha para as legislativas de Outubro de 1969 —, uma demonstração da capacidade de organização do Partido Comunista, através de uma série de greves que se sucederam até completar o circuito da cintura industrial de Lisboa, atingindo sobretudo as empresas mais importantes. Eis um sinal que não terá passado despercebido em certos meios empresariais<sup>24</sup>.

Os efeitos destes movimentos nas associações sindicais são simultaneamente rápidos e vastos. No espaço de dois anos, nos principais sindicatos de serviços, bem como nalguns dos mais importantes sindicatos de traba-

<sup>22</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 49 058, de Junho de 1989.

<sup>23</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 49 202, de Agosto de 1989.

<sup>24</sup> Segundo António Vasco de Mello, primeiro presidente da CIP, certos empresários terão, a partir desse momento, encarado a necessidade de constituir uma confederação patronal. (Entrevista, 1986.)

lhadores industriais, são eleitas direcções que pertencem quer a correntes de oposição ao regime — caso dos sindicatos dos empregados bancários, do comércio e dos seguros, e dos sindicatos da metalurgia e dos lanifícios—, quer a correntes moderadas, que frequentemente se vão aproximar das oposicionistas: caso, por exemplo, do Sindicato dos Empregados de Escritório.

Entre si — mesmo quando apenas se trata de sindicatos regionais, cobrindo Lisboa e o Sul<sup>25</sup> —, os referidos sindicatos, sobretudo os dos serviços, representam o maior número de filiados, sendo também os mais importantes pelos seus recursos e pela sua capacidade de mobilização, nomeadamente à volta da discussão dos contratos colectivos. As direcções têm de recorrer a um número crescente de juristas e economistas indispensáveis para a contratação, os quais se tornam rapidamente os conselheiros de responsáveis sindicais eleitos, em geral muito pouco preparados. Recrutados nas correntes de esquerda da oposição política<sup>26</sup>, fazem a ponte entre estas e os sindicatos, dos quais tentam por vezes servir-se como correias de transmissão<sup>27</sup>.

#### *a) Correntes sindicais*

Sem demasiados atrasos, a liberalização iniciada nos dois sentidos — de cima para baixo pelas autoridades e de baixo para cima pelos agentes sociais — produz mudanças no modelo corporativo. *De facto*, se não de direito, instala-se um certo pluralismo no interior dos sindicatos. As reformas visavam, entre outras, a formação de uma corrente moderada próxima do regime, mas os que lhe pertencem apenas controlam sindicatos menores. Noutros estão isolados, ou acabam por se aliar às correntes oposicionistas — cujas tendências mais importantes inicialmente estão ligadas, por um lado, ao Partido Comunista e, por outro lado, a organizações católicas de trabalhadores<sup>28</sup> — que dominam os sindicatos mais importantes.

As estruturas sindicais alargam-se e especializam-se. Um corpo sindical, constituído pelos dirigentes recentemente eleitos e pelos seus conselheiros, instala-se e faz a sua aprendizagem. As direcções mais dinâmicas, concentradas sobretudo nos problemas da contratação colectiva, demonstram capacidade de mobilização dos associados e de enquadramento das tensões sociais. Tudo se passa, nestes primeiros tempos, sem demasiados obstáculos nem disputas sérias. As autoridades governamentais reconhecem e por vezes estimulam as direcções eleitas, mesmo quando estas integram os seus opositores, enquanto o processo de negociação colectiva tende a institucionalizar-se,

---

<sup>25</sup> Caso dos sindicatos dos empregados dos bancos, dos seguros e também da metalurgia e dos lanifícios. Os sindicatos de Lisboa e Porto estão ligados à corrente da oposição.

<sup>26</sup> Sobretudo entre os comunistas e os católicos progressistas. Mas havia também figuras ligadas à Acção Católica próximas da «ala liberal» da União Nacional.

<sup>27</sup> É o caso do PCP e de outras formações menores da extrema-esquerda.

<sup>28</sup> Particularmente a Liga Operária Católica (LOC, LOCF) e as Juventudes Operárias Católicas (JOC, JOCF). Esta tendência está representada designadamente na direcção do sindicato dos lanifícios e também nas dos da metalurgia e dos seguros. Além disso, alguns dos melhores juristas e economistas ao serviço dos sindicatos saíram deste meio.

apesar das resistências de uma parte importante do patronato. Por outro lado, as direcções sindicais sabem como tirar partido da abertura e o seu carácter oposicionista não impede sequer o acesso de membros seus (incluindo comunistas) à Câmara Corporativa<sup>29</sup>.

A dinâmica destas mudanças no movimento sindical vai estar na origem dum reagrupamento dos sindicatos cujas direcções pertencem ou estão próximas das correntes de oposição política. Em fins de Setembro de 1970, quatro dos maiores sindicatos — bancários, empregados de comércio, metalúrgicos e lanifícios — lançam um apelo, dirigido a um certo número de outros sindicatos, para a institucionalização de «reuniões intersindicais».

O alcance destas é ambíguo. Uns querem legitimar o sindicalismo oposicionista, formando o seu reconhecimento pelas autoridades. Mas outros — caso da tendência católica progressista —, visando mais alto, querem desde logo dar passos firmes para a formação de uma verdadeira confederação, o que não parecia totalmente fora do seu alcance, num momento em que o número e a importância dos sindicatos participantes nas «reuniões intersindicais» aumentavam<sup>30</sup> e na ausência de uma alternativa oficial credível.

Sob esta ambiguidade transparecia uma divergência crucial quanto à evolução política e ao futuro do sindicalismo. Pessimista quanto à primeira, o Partido Comunista tomava posições cautelosas, quase sempre adoptadas nas ditas reuniões de sindicatos. Mas a sua aceitação das regras do jogo corporativo não era um simples recuo táctico. Havia mais — a saber, a sua vontade de manter a estrutura unitária, o seu receio de qualquer tomada de posição que abrisse a porta ao pluralismo e ao basismo. Ora os sindicalistas da corrente católica, mais agressivos em relação ao corporativismo, queriam consagrar de imediato uma concepção muito ampla da liberdade sindical, criar federações sem esperar a autorização governamental, eleger nas empresas delegados sindicais (em lugar de os designar de fora para dentro pelos sindicatos) e fazer admitir pelo movimento, apesar da sua paixão pela unidade dos trabalhadores, a *possibilidade* de se criarem várias centrais se essa fosse a vontade dos mesmos<sup>31</sup>.

Bem entendido, a moderação dos comunistas pode estar ligada ainda a outros factores. A sua posição dominante nas «reuniões intersindicais» dependia em boa parte do seu controlo sobre o respectivo «secretariado»,

---

<sup>29</sup> Por exemplo, Antero de Figueiredo e José Abreu (Sindicato dos Bancários de Lisboa), Maldonado Gonelha (Sindicato dos Electricistas de Lisboa) e Carlos Guinote (Sindicato dos Químicos de Lisboa) eram procuradores à última Câmara Corporativa, representando os respectivos sindicatos.

<sup>30</sup> Segundo os números registados nas actas das «reuniões intersindicais», o número de sindicatos participantes eleva-se a vinte e sete em 1971. O número mais elevado de filiados representados, *grosso modo*, atingiria os 190 000, para um conjunto de dezassete sindicatos. *Actas das Reuniões Intersindicais (1970-1974)*, arquivos do projecto.

<sup>31</sup> A referência às centrais no plural aparece num documento apresentado na «reunião intersindical» de 13 de Dezembro de 1970. A acta desta reunião toma nota das divergências entre Manuel Lopes (dos lanifícios, próximo da corrente católica) e os dirigentes comunistas do sindicato dos empregados bancários. *Actas*, loc. cit., 13 de Dezembro de 1970.

mais do que de uma oposição de hegemonia nas direcções sindicais, o que tornava arriscada, do seu ponto de vista, a formação duma confederação. Além disso, a prioridade do «trabalho legal» — a penetração nos sindicatos corporativos — sobre a organização clandestina nas empresas não era inteiramente aceite no interior do Partido, pese o facto de ser essa, há muito, a sua linha oficial.

*b) O refluxo*

À prova dos factos, o cálculo pessimista dos comunistas revelou-se o mais justo, antes mesmo de o debate ser encerrado. Com efeito, a partir de 1971, exprimindo neste domínio o insucesso da liberalização do regime, as relações entre o movimento «intersindical» e as autoridades serão marcadas por uma série de tensões.

*Primeiro*, o caminho da liberalização através das leis volta a ser percorrido, mas desta vez em sentido inverso. Desde finais de 1970, a capacidade de intervenção do Governo fora sensivelmente reforçada, não somente em matéria de legislação sindical (a suspensão preventiva das «más» direcções deixou então de poder ser recusada pelos tribunais, se o ministro a pedisse), mas também quanto à negociação colectiva, pois o ministro das Corporações passou a poder substituir-se às próprias corporações na escolha do terceiro e decisivo membro das comissões arbitrais, sem que para tanto renunciasse ao seu poder de recusar-se a homologar as sentenças destas<sup>32</sup> *Em seguida* começa a repressão de direcções sindicais eleitas (algumas são suspensas), assim como de manifestações sindicais<sup>33</sup>. *Finalmente*, chega a proibição (portanto, num certo sentido, o reconhecimento indirecto...) das «reuniões intersindicais», acusadas de quererem criar uma confederação dos trabalhadores, alternativa ilegal à organização corporativa<sup>34</sup>.

As «reuniões intersindicais» refugiam-se numa «semiclandestinidade», que toma o lugar da «semilegalidade» anterior: é uma questão de acento tónico, mas com importantes consequências sobre o seu modo de funcionamento. As reuniões passam a ser menos frequentes e mais perigosas e a sua representatividade diminui, pois os principais dirigentes sindicais fazem-se frequentemente substituir por figuras de segundo plano. Ao mesmo tempo, o controlo do PC (clandestino) sobre esta estrutura reforça-se, porque é o mais apto para fazer face à repressão e as decisões de peso são tomadas num circuito mais fechado<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Cf. os Decretos-Leis n.ºs 492/70 e 502/70, de Outubro.

<sup>33</sup> As direcções dos sindicatos da metalurgia de Lisboa e dos empregados bancários do Porto foram as primeiras a ser suspensas. Em Março de 1971, a polícia carrega, em Lisboa, contra uma manifestação dos empregados de comércio.

<sup>34</sup> As reuniões serão formalmente proibidas a partir de Junho de 1971: A acusação mencionada faz parte duma nota do secretário de Estado do Trabalho de 26 de Julho de 1971.

<sup>35</sup> No núcleo restrito que toma as decisões essenciais encontram-se Canais Rocha e outros quadros dirigentes do PC saídos da prisão, que ocuparão mais tarde importantes posições na Intersindical.

É preciso todavia introduzir uma *nuance* a propósito quer do recuo do movimento de oposição nos sindicatos, quer do controlo desse movimento pelos comunistas. Com efeito, apesar da suspensão administrativa de algumas direcções eleitas, os sindicalistas opositoristas continuam a dirigir os sindicatos corporativos mais fortes ou voltam a fazê-lo a partir do momento em que as comissões administrativas nomeadas pelo Governo chegam ao termo legal dos seus mandatos; e ganham novas posições em certos sindicatos menos importantes. Por outro lado, as divergências no interior do movimento sindical acentuam-se e as tendências multiplicam-se. Há, daí em diante, um frente a frente entre os elementos ligados ao Partido Comunista e os seus adversários de extrema-esquerda, que tanto se exprime nas «reuniões inter-sindicais» como nos próprios sindicatos: são divergências sobretudo políticas, e por isso mesmo tanto mais fortes. Quanto à tendência católica progressista, está dividida entre uma linha mais internacional, que é também a mais sindical e controla as relações entre o movimento e as confederações ocidentais<sup>36</sup>, e uma linha mais política, desprovida de relações externas<sup>37</sup>; enquanto a sua maioria, em nome da unidade fundamental dos trabalhadores e até, mesmo, de uma paixão pelo seu «corpo místico», recusa constituir-se como tendência verdadeiramente autónoma. Além disso, está segura de si — talvez em demasia — por contar com muitos dos melhores quadros sindicais e por exercer uma larga influência, suficiente, ao que julga, para conter, se for caso disso, uma ofensiva dos comunistas.

Nas vésperas da deposição do regime autoritário, o movimento opositorista continua, em todo o caso, a ser a força mais importante nos sindicatos corporativos em relação às autoridades, hostis e incapazes tanto de controlar a situação como de restaurar o *status quo ante*. As medidas repressivas não chegam para assegurar a paz social: em fins de 1973, a crise económica encontrará o seu complemento numa sequência de greves, que afectam particularmente os sectores metalúrgico e químico<sup>38</sup>. Finalmente, os sindicalistas moderados próximos do regime só raramente consolidam as suas posições e, tal como a oposição política, o sindicalismo opositorista radicaliza-se gradualmente, perdendo a unidade que tinha marcado o seu impulso inicial em 1968-70.

## 2.2 A CONSTELAÇÃO DOS MODELOS

O movimento sindical é a força que, no terreno, responde mais rapidamente ao golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974. O seu primeiro

<sup>36</sup> Esta primeira linha era organizada a partir do Centro de Cultura Operária e, depois de 1968, na Base, tornada Base-FUT depois de 1974. Esta estrutura estava ligada à CMT e à CFDT.

<sup>37</sup> A segunda linha reunia personalidades da oposição política (que eram também conselheiros das direcções sindicais), como Vítor Wengorovius e Mário Brochado Coelho, que estarão mais tarde na origem do Movimento da Esquerda Socialista (MES), em 1974.

<sup>38</sup> Trata-se de greves económicas, cuja importância é por vezes exagerada. Cf. Wiarda, *Corporatism and development: the Portuguese experience*, cit., e José Pires, *Greves e o 25 de Abril*, Lisboa, Edições Base, s. d. (1974).

passo é óbvio: as «reuniões intersindicais» são institucionalizadas e formam a Intersindical Nacional, logo reconhecida pelo novo poder (a Junta de Salvação Nacional), mesmo antes dos partidos políticos. Entretanto, o Ministério das Corporações, agora Ministério do Trabalho, é ocupado por quadros «intersindicais», que simultaneamente tomam conta do conjunto das estruturas corporativas, nomeadamente daqueles sindicatos que não tinham caído nas suas mãos no tempo de Marcello Caetano. Durante um breve intervalo, a unidade reconstitui-se, uma vez que todas as tendências aprovam estas medidas e participam, à medida das respectivas possibilidades, no assalto final aos antigos sindicatos corporativos. E deixam de existir divergências a respeito da formação da Intersindical: até Novembro de 1974, todas as tendências representadas nas direcções dos antigos sindicatos oposicionistas participarão no seu Secretariado.

Surgem, no entanto, alguns conflitos, menores, mas premonitórios. O primeiro ocorre a propósito da lista dos oradores para a manifestação do 1.º de Maio, quando o núcleo restrito que continua a dirigir a Intersindical substitui uma lista onde figuram dirigentes de todas as correntes internas por outra, mais política, onde os personagens principais são os secretários-gerais dos Partidos Socialista e Comunista: uma das tendências minoritárias recusa esta mudança de última hora e não participa na cerimónia.

Em seguida, a Intersindical propõe às autoridades militares a figura dominante da corrente comunista — Canais Rocha — para delegado da Junta no Ministério do Trabalho. Quando o seu nome é recusado, evoca-se a possibilidade de o candidatar a ministro do Trabalho, mas o PC acaba por preferir Avelino Gonçalves, um sindicalista bastante mais baço. Esta recusa foi justificada pela vulnerabilidade do candidato, acusado por adversários esquerdistas pelo seu comportamento na prisão<sup>39</sup>; mas é bem possível que a direcção do Partido Comunista não quisesse ver o Ministério e a Intersindical sob a influência de um mesmo dirigente sindical, de origem operária e, ainda por cima, comunista, que poderia fazer uma certa sombra ao próprio Álvaro Cunhal, cuja ascendência burguesa é impecável. Em todo o caso, o Partido Comunista sempre contrariou a emergência de uma tal personalidade: até ao presente, nunca a Intersindical teve o seu próprio secretário-geral...

Finalmente, um terceiro conflito, mais visível, é provocado pela explosão das lutas nas empresas onde os trabalhadores se organizaram à margem dos sindicatos e desencadearam uma vaga de greves, causando uma reacção muito negativa da parte dos militares. Nesse momento, o Partido Comunista mobiliza-se para desarticular as greves, que qualifica de movimentos «contra-revolucionários». Depois aprova a promulgação, em Agosto de 1974, de uma lei da greve que limitava estritamente o seu exercício, proibindo as «greves políticas» e as greves de solidariedade, e impõe à central sindical recalci-trante a sua aprovação.

<sup>39</sup> Ainda em 1974, Canais Rocha será substituído no seu cargo de representante do Sindicato dos Empregados de Escritório no secretariado da Intersindical por José Luís Judas.

Estas três questões — das quais só a última tem fortes repercussões públicas — anunciam as clivagens da fase revolucionária seguinte. Trata-se, por um lado, de uma escolha de modelo entre : 1) um corporativismo de Estado, em que se esboça, a partir do Ministério do Trabalho, a tutela comunista sobre os sindicatos; 2) um extremo liberalismo «sindicalista», tornando supérflua a autoridade estatal em homenagem à plena autonomia dos sindicatos e das comissões de trabalhadores; 3) um pluralismo sindical moderado, resistindo à interferência dos partidos políticos e do Estado, sem por isso os dispensar, nem tomar o seu lugar, e conduzindo talvez a um corporativismo de associação, que em 1975 apenas murmurava os seus votos de concertação social.

A virtude da situação está em cada um dos modelos desta constelação ser, em princípio, possível. Mas, por outro lado, põe-se o problema da imbricação entre as tendências sindicais e os partidos políticos: à excepção do PC, os restantes, acabados de formar, não têm ainda uma capacidade de mobilização, nem tradições, nem uma legitimidade comparáveis à do próprio movimento sindical. No entanto, estão determinados a controlá-lo, enquanto o problema das relações entre o movimento sindical e as autoridades militares permanece também em aberto.

Durante a Revolução, o sindicalismo português atravessou três fases. *Primeiro*, o esboço, sob a égide do Partido Comunista, de um regresso ao corporativismo estatal, que entra em crise nos últimos meses de 1974, com os debates sobre a lei que impõe a Intersindical como central única — objecto de uma constestação bastante alargada, conduzida pelo Partido Socialista. *Em seguida*, chega o momento mais perigoso, quando a central se radicaliza e é ameaçada pela emergência de um modelo organicista aprovado pelos militares — a «Aliança Povo-MFA» —, tendente a uma fusão entre as Forças Armadas e as organizações populares de base, sem deixar grande lugar aos sindicatos. *Finalmente*, a terceira fase é a da interrupção da Revolução, que vai assegurar, simultaneamente, a sobrevivência da Intersindical e a do pluralismo sindical que emerge no meio da confusão.

A estratégia do Partido Comunista é bastante clássica. Começam por criar factos consumados; a instalação da Intersindical enquanto central única, bem como a ocupação do terreno vago no Ministério do Trabalho, na Previdência e nos sindicatos não dominados pela corrente de oposição antes de Abril de 1974, para já não falar da criação *ex novo* dos sindicatos de trabalhadores agrícolas e de funcionários públicos, que não existiam sob o regime autoritário. Depois, é preciso consolidar o todo no quadro de uma aliança com os militares do MFA, que pretendiam encontrar na central uma força de apoio e a garantia da tranquilidade social. Aos olhos da direcção comunista, esta consolidação passa pela lei da unicidade, mesmo que ninguém ponha ainda seriamente em causa o estatuto da Intersindical enquanto central única. Preparada no Ministério do Trabalho por uma comissão onde têm assento quadros «intersindicais», esta lei é contestada, mesmo no interior do PC: entre outros, Canais Rocha opôs-se (discretamente) a que a unidade fosse

imposta pela lei, porque existiam outros meios para evitar a divisão sindical<sup>40</sup>. Mas, a estas objecções, o secretário-geral do PC teria oposto um argumento clássico: as coisas não corresse bem, não seria uma lei de unidade que impediria a divisão, mas era preciso primeiro tentar tudo por tudo.

Ambas as posições têm uma parte de realismo. Não se enganam os que evocam a ruptura, a qual se torna muito provável desde o início da discussão da lei da unicidade, em Novembro de 1974. Mas os dirigentes sindicais que desconfiam da tese unicitária também não deixam de ter razão quanto à reprodução da estrutura corporativa estatal, não apenas pelo novo quadro unicitário, como pelo atraso na realização do programa da central visando ultrapassar o sindicalismo profissional e a pulverização sindical. É verdade que se assiste à fusão de certos sindicatos e à criação de federações, como, por exemplo, a dos sindicatos do têxtil, vestuário e calçado, ou a que reúne os das indústrias de plásticos e os da moagem aos da química. Mas, perante fortes resistências categoriais (de quadros, de técnicos, de empregados ou de operários especializados temerosos da uniformização e da massificação), as verticalizações verdadeiras e próprias ficam, por via de regra, adiadas. Dá-se é, noutra plano, a constituição — liderada pelos comunistas — de numerosas uniões regionais e locais interprofissionais.

Nessa altura, sindicatos que escapam à tendência comunista são excluídos do secretariado da central, por causa da sua oposição a uma unidade imposta pelo Estado<sup>41</sup>. No imediato, esta exclusão reforça ainda mais o controlo do PC sobre a Intersindical e não impedirá a aprovação da lei. A contestação antiunicitária é tomada em mãos sobretudo pelo Partido Socialista, que não se engana sobre o seu significado numa estratégia de tomada de poder, passo a passo, pelo Partido Comunista. Todavia, o PS está ainda largamente ausente do terreno sindical: tem mesmo de apelar para a extrema-esquerda para poder apresentar, no seu comício de Janeiro de 1975 contra a unicidade, um dirigente sindical importante, o presidente do sindicato dos químicos de Lisboa. Nesse momento, a oposição socialista não está em condições de bloquear a lei, nem de travar a ofensiva comunista. Num certo sentido, reforça a aliança entre o PC e a ala mais militante do MFA, cujo passo seguinte será a detenção da direcção (maoísta) dos químicos e a sua suspensão.

Em Julho de 1975, o Partido Comunista e os seus *compagnons de route* estão isolados no poder com os militares e o primeiro Congresso da Intersindical vai eleger um secretariado que lhe é inteiramente dedicado<sup>42</sup>. Mas é demasiado tarde para pôr em prática o modelo corporativo estatal (apesar da vaga das nacionalizações, acompanhada no terreno por uma intensa mobi-

---

<sup>40</sup> Cf. Canais Rocha (entrevista, 1986).

<sup>41</sup> Caso do importante sindicato dos químicos.

<sup>42</sup> São excluídos mesmo *compagnons de route*, como Manuel Lopes, o presidente do Sindicato dos Lanifícios.

lização sindical), porque a eleição, em 25 de Abril de 1975, da Assembleia Constituinte pôs entretanto em causa a legitimidade do Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que revelava, aritmeticamente, a posição minoritária do PC em relação aos partidos democráticos.

Os militares no poder, divididos entre a aliança com o PC (cuja excessiva evidência os torna vulneráveis) e o desejo de adquirirem uma legitimação autónoma, inclinam-se então para um modelo organicista, segundo o qual as organizações populares de base e as Forças Armadas formariam o essencial de um sistema político coroado pelo Conselho da Revolução<sup>43</sup>. Para o PCP e para a sua central sindical, este é o momento do dilema: por um lado, este sistema ameaça torná-los em definitivo supérfluos, mas, por outro lado, não podem deixar de se colar às posições dos militares, tentando simultaneamente travá-las e dominá-las pela sua capacidade de as penetrarem e de criarem associações de base. Deste modo, a Intersindical, contrária à «fusão» com o MFA e desconfiada em relação ao basismo, acaba por assegurar a mobilização de constantes manifestações de massa para apoiar todas as iniciativas dos militares no poder. E aplaude o primeiro-ministro quando este defende a «Aliança Povo-MFA», no encerramento do primeiro congresso confederal<sup>44</sup>.

Mais importantes serão os efeitos da publicação, em 30 de Abril de 1975, da lei sindical, a qual, ao mesmo tempo que impõe a unidade, torna obrigatória a realização de eleições nos sindicatos ocupados logo após o golpe de Estado: os comunistas vão perder doze das quinze eleições realizadas entre Agosto e Novembro, em plena crise política. Ironia da história, os sindicatos que quebram a monotonia comunista são os mais importantes dos que tinham estado na primeira linha nos inícios da liberalização marcelista. Uma vez mais, serão coligações heterogéneas, conduzidas por um mesmo espírito de oposição ao poder do momento, que vencerão estas eleições sindicais. Antes de 25 de Novembro de 1975, todos os principais sindicatos dos serviços — empregados de escritório, bancários, seguros, comércio — ficam nas mãos desta segunda «corrente de oposição», onde se misturam os socialistas, os sociais-democratas e vários tipos de maoístas, que denunciam a manobra comunista e a restauração de um controlo estatal. Nessa data, o contra-golpe, embora abrindo a via para a implantação de um regime democrático pluralista, não é, no entanto, para os sindicalistas comunistas, completamente negativo, pois a Intersindical foi contida e salva, nesse dia, de uma dupla ameaça de cerco pela «Aliança Povo-MFA» e pela corrente sindical anticomunista. Daí em diante, apesar de tudo, só terá de se bater nesta segunda frente.

---

<sup>43</sup> Cf. também M. de Lucena, *Sobre a Ligação Povo-MFA: Observações a Uma Proposta...*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, Gabinete de Dinamização do Exército, 1975, documento não classificado); e C. Gaspar, *Codes, Conspirations et Crises — Les résurgences du patrimonialisme, 1974-1975*, Paris, Institut d'Études Politiques de Paris, memória DEA, 1982.

<sup>44</sup> Cf. *Acta do Congresso da Intersindical*, cit.

### 2.3 RUPTURAS E PLURALISMO LIMITADO

Em fins de 1975, a ruptura parece bem encaminhada. Os mais radicais de entre os membros da corrente anticomunista estão prontos para se constituírem como segunda central —aceitando mesmo o risco de uma divergência institucional entre os sindicatos dos operários industriais e agrícolas, por um lado, e os dos empregados dos serviços, pelo outro—, enquanto a maioria se limita ainda a pôr em causa a legitimidade do Congresso e do secretariado da central única<sup>45</sup>. Quanto aos comunistas, tratam de defender a Intersindical e de a reforçar e tentam controlar na base as comissões de trabalhadores, frequentemente nas mãos da extrema-esquerda.

Em Setembro de 1976, as disposições legais impondo a unicidade, que, entretanto, se tinham tornado anticonstitucionais, são expressamente revogadas<sup>46</sup>. Para os comunistas trata-se então de manter a unidade na prática, sem mais contarem com o Estado.

Em 14 de Fevereiro de 1976, a corrente anticomunista, prosseguindo a sua ofensiva contra a Intersindical, põe em causa a sua legitimidade enquanto representante de «todos os trabalhadores» numa «Carta Aberta» assinada pelas direcções de vinte e nove sindicatos, na maior parte sindicatos de serviços<sup>47</sup>. Na sua resposta, o secretariado da Intersindical dá um passo à retaguarda, propondo para fins de 1976 a realização de um congresso de «todos os sindicatos» e declarando-se pronto a negociar<sup>48</sup>.

Na sequência deste recuo, terão lugar negociações bilaterais, depois das eleições parlamentares de 25 de Abril de 1976, que confirmam a posição minoritária do PCP. Em Agosto, a comissão de redacção da Carta Aberta e o secretariado da Intersindical separam-se sem terem chegado a acordo. A primeira queria impor a representação no Congresso de um grande número de tendências, seguindo uma regra de paridade entre dois «blocos»; o segundo pretendia limitar o número de tendências representadas, inclinando-se para uma partilha dominada por comunistas e socialistas, ao mesmo tempo que garantia uma posição maioritária para si e se recusava a reconhecer a existência de dois «blocos» no movimento sindical<sup>49</sup>. Na realidade, as posições não eram tão simples. Do lado da Carta Aberta, os socialistas e os sociais-democratas já tinham começado a desembaraçar-se dos seus aliados da

---

<sup>45</sup> *Carta Aberta* de 27 de Abril de 1976.

<sup>46</sup> Decreto-Lei n.º 773/76, de 27 de Outubro, pelo qual são anulados o Decreto-Lei n.º 215/A, de 1975, e os artigos pertinentes do Decreto-Lei n.º 215/B, de 1975. Cf. também a resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976.

<sup>47</sup> Os mais importantes são os sindicatos dos empregados dos escritórios, da banca e do comércio.

<sup>48</sup> A tomada de posição do secretariado da Intersindical é tornada pública em 26 de Março de 1976.

<sup>49</sup> Cf. *O Escritório* de Setembro de 1976 e também os relatórios do congresso de Janeiro de 1977; e CGTP — Intersindical, *Congresso de Todos os Sindicatos*, Lisboa, CGTP, 1977.

extrema-esquerda<sup>50</sup> e, sobretudo nas fileiras socialistas, subsistia uma forte resistência contra a ruptura sindical<sup>51</sup>, enquanto o PS e o PSD organizavam as suas próprias correntes no movimento sindical<sup>52</sup>. Do lado da Intersindical, certos membros do secretariado, como José Luís Judas, pareciam, prontos a admitir o princípio da paridade<sup>53</sup>. Todavia, os esforços de conciliação não resultaram.

A partir de Setembro de 1976, a Intersindical empenha-se numa batalha para aumentar a representatividade do Congresso extraordinário, recrutando sindicatos, em geral menores, ainda não filiados na central. E, fazendo tanto quanto possível alarde de uma pluralidade de tendências na comissão organizadora bem como, depois, no próprio Congresso, altera a composição do seu secretariado homogéneo de 1975, para incluir um certo número de dirigentes sindicais católicos<sup>54</sup>. Em suma, os comunistas fazem o que podem para atenuar a imagem da central como correia de transmissão do PC, se bem que não restem dúvidas — nem antes, nem depois do Congresso de «todos os sindicatos» de Janeiro de 1977 — acerca do seu predomínio ou da natureza do controlo que exerce sobre a Intersindical.

#### *a) A formação da UGT*

A resposta da corrente anticomunista à ruptura das negociações será mais lenta. Para começar, uma grande parte dos dirigentes iniciais da Carta Aberta serão substituídos, na sequência de divergências internas no PS, ou por causa da sua oposição à formação de uma segunda central<sup>55</sup>, preconizada oficialmente pelo Partido desde Maio de 1977<sup>56</sup>. Por outro lado, o equilíbrio entre socialistas e sociais-democratas está a mudar. O PS, no governo até Agosto de 1978, encarrega-se de executar políticas muito impopulares: impõe tetos salariais e, perante os bloqueamentos da contratação colectiva, responde com uma crescente intervenção administrativa e autoritária<sup>57</sup>. Durante esse período, os sindicalistas sociais-democratas, na oposição, fortalecem as suas

<sup>50</sup> Os primeiros a serem expulsos são militantes maoístas da direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa.

<sup>51</sup> É também o caso de Marcelo Curto, responsável sindical do PS, bem como o dos dirigentes sindicais Vítor Gonçalves ou José Luís Gaspar, pertencentes à tendência sindical socialista.

<sup>52</sup> Sobretudo a partir da Fundação José Fontana (PS) e da Fundação Oliveira Martins (PSD).

<sup>53</sup> Cf. José Luís Judas (entrevista, 1986).

<sup>54</sup> Sobre a composição do secretariado de 1979 cf. CGTP — Intersindical, *Congresso de Todos os Sindicatos*, cit.

<sup>55</sup> Caso não só dos membros da tendência trotskista-lambertista do PS, expulsos quando do segundo congresso deste partido, mas também de sindicalistas como Vítor Gonçalves, marginalizado no seu sindicato.

<sup>56</sup> No «Documento Gonelha», que foi adoptado por uma reunião dos sindicalistas do PS no Porto, em 1 de Maio de 1977.

<sup>57</sup> Sobretudo pelo recurso a portarias de regulamentação do trabalho (PRT), que substituem os contratos colectivos em falta e cujo número atinge os seus máximos entre 1976 e 1977. Cf. J. M. Rocha Pimentel, *Aspectos Jurídico-Constitucionais da Contratação Colectiva em Portugal, 1984*, «Cadernos Sindicais», 1986, pp. 9-28.

posições em importantes sindicatos, à custa dos sindicalistas socialistas, notoriamente alinhados com as políticas oficiais<sup>58</sup>.

Estas mudanças reforçam o peso dos partidários numa estratégia dirigida para a criação de uma segunda central. A posição política do PS e do PSD assegura-lhes bastantes instrumentos, obtidos a partir do Estado, para isolar e reduzir a central inimiga. Além disso, gozam de importantes apoios exteriores provenientes das principais centrais sociais-democratas europeias e também das Fundações Friedrich Ebert e Friedrich Naumann<sup>59</sup>. Para dar o salto será preciso apenas esperar até que os dois Partidos se juntem num dado momento, ou no Governo ou na oposição. Ora, em 1978-79 vão ambos estar contra os governos de iniciativa presidencial.

Não admira, pois, que a formação da segunda central — a União Geral dos Trabalhadores (UGT) — seja também, à sua maneira, vertical, construída de cima para baixo: *primeiro* decidem os padrinhos, com o acordo de princípio entre os dois principais dirigentes do PS e do PSD, indispensável para ultrapassar as oposições existentes nos aparelhos de ambos os Partidos; *em seguida* concertam-se as madrinhas, com a negociação essencial entre os dirigentes das Fundações José Fontana e Oliveira Martins — que, em cada um dos Partidos, têm a seu cargo a área sindical<sup>60</sup> —, os quais decidem do momento da criação da UGT e celebram o primeiro pacto consagrando a paridade entre as duas tendências na direcção da central; e, *finalmente*, reúnem-se os sindicalistas de ambas as tendências<sup>61</sup>, cujo acordo se limita quase só a homologar as decisões dos seus maiores... Aliás, esses sindicalistas não são os principais dirigentes dos grandes sindicatos que pertencem à Carta Aberta, postos fora de jogo quer pela negociação directa entre os dois Partidos, quer pela promoção acelerada de outros quadros sindicais no decurso deste processo. O PS e o PSD são, com efeito, os verdadeiros fundadores da União Geral dos Trabalhadores e partes interessadas no pacto referente à divisão do poder no conselho geral, no secretariado nacional e no secretariado executivo. Em Janeiro de 1979, o congresso constitutivo da UGT, aberto na presença do presidente do PSD, terá o secretário-geral do PS na sessão de encerramento; o presidente da UGT será um social-democrata e o seu secretário-geral um socialista<sup>62</sup>; e este critério de partilha ainda dura...

No momento da sua fundação, a UGT é, pois, uma central de tendências políticas mais do que uma central de sindicatos. Ora esta natureza, assim

---

<sup>58</sup> Muito minoritários nos sindicatos até 1976, os sociais-democratas ganham a direcção do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa em 1977, partilham a direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório com o PS desde 1978 e tornam-se maioritários em outros sindicatos de segunda categoria.

<sup>59</sup> A Fundação Friedrich Ebert apoia a Fundação José Fontana (PS) e também, nos seus inícios, em 1976, a Fundação Oliveira Martins, onde a sua posição será em seguida assumida pela Fundação Friedrich Naumann.

<sup>60</sup> Maldonado Gonet (Fundação José Fontana) e Mário Pinto (Fundação Oliveira Martins), sendo os seus adjuntos, respectivamente, Custódio Simões e Nascimento Rodrigues.

<sup>61</sup> Torres Couto e Hugo Sequeira (PS) e Rui Oliveira e Costa e António Cabecinha (PSD).

<sup>62</sup> Respectivamente Miguel Pacheco e Torres Couto. Numa segunda fase, Pereira Lopes (PSD) assumiria a presidência, enquanto Torres Couto permanece como o secretário-geral.

como o processo dos pactos, continuará a caracterizar o seu percurso no decorrer dos anos, tomando em consideração, naturalmente, a evolução do equilíbrio de forças entre os socialistas e os sociais-democratas... Além das clivagens entre os dois Partidos e no interior de ambos, a UGT tem ainda de contar com as tensões entre os principais sindicatos de serviços — sempre os mesmos, que continuam a ser os mais fortes — e o grande número de sindicatos verticais criados *ex novo* depois de 1978<sup>63</sup>, nos sectores onde os antigos sindicatos corporativos permanecem na Intersindical<sup>64</sup>. Esta tensão exprime-se nomeadamente nas relações com a outra central, recusando-se a Intersindical a reconhecer a existência da UGT e os novos sindicatos. Todavia, as relações entre antigos sindicatos corporativos, que pertencem agora a centrais opostas, mantêm-se, pois, apesar de todos os conflitos políticos e sindicais, continuam a sentar-se do mesmo lado — face ao patronato — à mesa das negociações colectivas<sup>65</sup>.

Estas clivagens estão ligadas a uma certa instabilidade da direcção da UGT, contrastando com a estabilidade reinante nos principais sindicatos filiados, que frequentemente não fazem excessivo caso das posições da central. Efectivamente, apenas metade dos dirigentes desta — pertencendo à tendência socialista — permanece em exercício seis anos depois da fundação, em 1979, enquanto a outra metade, social-democrata, foi bastante devastada por modificações sucessivas devidas às contínuas divergências no interior do PSD. Por outro lado, quase não há na cúpula da UGT dirigentes que tenham mostrado o seu valor antes de 1974 ou no decurso da revolução, sendo raros entre eles os antigos dirigentes eleitos de um sindicato. Ora isto pesa.

Posteriormente, em 1984, a UGT modificou os seus Estatutos originais, que a faziam uma central de tendências políticas assente sobre um pacto formal entre o PS e o PSD, e aprovou alterações que tendem a transformá-la numa central de sindicatos. Mas os passos dados neste sentido — aproveitando uma evolução das relações sindicais favorável aos socialistas, desde que, em 1979, o PSD se tornou o partido maioritário no Governo, relegando o PS para a oposição e levando-lhe a palma em matéria de impopularidade, e retomando, embora de maneira mais aperfeiçoada, a inclinação socialista para a intervenção política e administrativa na contratação colectiva<sup>66</sup> — são demasiado ambíguos. É verdade que a revisão dos Estatutos, conduzindo à eleição do conselho geral (o qual elege, por sua vez, o secretariado nacio-

---

<sup>63</sup> A criação destes sindicatos antes do congresso da UGT foi decidida para evitar que esta central incluisse apenas sindicatos dos serviços.

<sup>64</sup> Isto é, em todos os sectores industriais (metalurgia, os têxteis, a química...) e também nos transportes.

<sup>65</sup> Neste domínio deve sublinhar-se o papel da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores dos Escritórios e Serviços (Fetese), que não está filiada na UGT, embora todos os sindicatos nela federados pertençam à central.

<sup>66</sup> Com efeito, o instrumento preferido, no decurso destes anos, foram as portarias de extensão (PE), que, contrariamente às portarias de regulamentação do trabalho (PRT), pressupõem a existência de um contrato colectivo.

nal e o secretariado executivo) directamente pelos sindicatos, avança nesse sentido e em certos aspectos assegura uma representatividade mais forte. Mas o processo dos pactos persiste: em 1984, a distribuição (tornada desigual) dos lugares no secretariado nacional e a regra de paridade mantida para a composição do secretariado executivo foram, uma vez mais, o resultado de um pacto bilateral prévio<sup>67</sup>. E é preciso dizer que a interferência do PS e do PSD nos assuntos da UGT começa a repercutir-se nos próprios partidos, por intermédio da constituição de tendências sindicais no seio de ambos. A eleição de dirigentes sindicais socialistas e sociais-democratas como deputados à Assembleia da República, bem como a sua participação — desde 1983 — nas instâncias dirigentes dos dois Partidos, reforçam esta dialéctica<sup>68</sup>. Tal evolução está na origem de tensões na central e nos partidos, pois muitos dirigentes sindicais opõem-se a estas tendências sindicais ou permanecem fora delas. Querendo representar simultaneamente os sindicatos nos partidos e os partidos nos sindicatos, mas sem dominarem o terreno entre uns e outros, as tendências tornaram-se uma garantia de instabilidade. No entanto, são também uma forma de institucionalizar, no interior da UGT, um pluralismo limitado.

#### *b) A evolução da Intersindical*

Pela sua parte, a partir de 1979, a Intersindical iniciou uma longa marcha através de um terreno que se torna mais difícil por causa quer da concorrência da UGT e dos seus sindicatos, fortemente apoiados pelo Estado — sobretudo em casos como o dos têxteis, onde os da primeira central são mais vulneráveis —, quer da sua incapacidade para lançar sozinha e com êxito grandes greves sectoriais ou gerais\*<sup>69</sup>. É preciso ter em conta a resistência à mobilização de uma força de trabalho ameaçada pelo desemprego e enfra-

---

<sup>67</sup> Mais precisamente, trata-se de dois pactos. Um — entre Torres Couto (PS) e Arménio Santos e Rui Oliveira e Costa (PSD) — sobre a distribuição dos lugares entre os dois Partidos; e outro — entre Arménio Santos e Rui Oliveira e Costa — para a partilha entre as duas correntes sociais-democratas dos lugares do PSD na direcção da UGT. Cf. Torres Couto, Arménio Santos e Rui Oliveira e Costa (entrevistas, 1986).

<sup>68</sup> Correntes — «tendências» — sindicais organizaram-se no interior destes Partidos sobretudo a partir de 1984, primeiro com a constituição dos TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas) no PSD e, mais tarde, com a da TSS (Tendência Sindical Socialista) no PS, em 1986. Por outro lado, os principais dirigentes da UGT passam a ser, com as eleições parlamentares de 1983, deputados à Assembleia da República, eleitos nas listas dos respectivos partidos.

\* Em Março de 1989, a CGTP e a UGT conseguiram, juntas, organizar a primeira greve geral em Portugal, com uma mobilização razoável. Esta foi objecto de uma forte oposição do governo maioritário social-democrata, embora este não estivesse, de modo nenhum, ameaçado. Por outro lado, esta greve — e, em particular, a frente com os sindicatos comunistas — não deixou de criar tensões na UGT, quer entre os socialistas, mais entusiastas, e os sociais-democratas, bastante recalcitrantes, quer entre os próprios sindicalistas sociais-democratas, que se dividiram entre a solidariedade sindical e a disciplina partidária. (Nota de 1991.)

<sup>69</sup> Em 1983, a CGTP tentou, sem êxito, organizar uma greve geral. Entre 1983 e 1986, a crise económica e a aplicação das políticas de austeridade parecem travar a capacidade de mobilização e fazem cair o número das greves. Cf. Maria Luísa Cristóvão, *Conflitos Colectivos de Trabalho. Relatório Anual de 1984*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986.

quecida por sucessivas políticas de austeridade; desemprego e austeridade que se relacionam com uma indefinição da economia devida, em boa parte, à luta travada pela Intersindical, lado a lado com o PC, para manter a colectivização das terras, as nacionalizações e certas leis laborais. Num efeito de *boomerang*, essa estratégia acabaria por constituir obstáculo ao desenvolvimento da central. . .

No entanto, a sua lenta adaptação ao pluralismo sindical, que inicialmente evitou reconhecer, é já visível no plano semântico: passo a passo, «Intersindical» torna-se simples subtítulo, cada vez mais pequeno, referência histórica acrescentada ao nome clássico de Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Além disso, modos de reconhecimento indirecto da UGT despontam no horizonte, e o princípio de uma paridade com esta foi — *volens nolens* — reconhecido pela CGTP em 1986, no que respeita à distribuição dos lugares da representação portuguesa no Conselho Económico e Social da CEE<sup>70</sup>. E não é impossível que a CGTP, apesar da sua hostilidade ao pluralismo e à concertação, venha finalmente a tomar (ao lado da UGT, das associações patronais e do Governo) o seu lugar vago no Conselho Permanente da Concertação Social\*. Criado em 1984, este Conselho, presidido pelo primeiro-ministro, é composto por seis membros do Governo, seis representantes do patronato, designados pelas Confederações da Indústria (CIP), do Comércio (CCP) e dos Agricultores (CAP) — dois de cada — e por três representantes dos trabalhadores designados pela UGT, aos quais outros três da CGTP se deveriam juntar. Ora, após um começo muito pouco promissor, o Conselho parece agora começar a progredir: em Julho de 1986 formulou uma importante recomendação sobre a política dos rendimentos, fruto de um acordo entre a UGT e os restantes parceiros a propósito dum sistema de moderação dos aumentos salariais, acordo que (confirmado em Fevereiro de 1987) funcionou a contento dos autores\*\*. Para além dos problemas postos pelo reconhecimento duma UGT «divisionista», a recusa da

---

<sup>70</sup> O Governo Português tinha previsto dois lugares no CES para cada central, o que, finalmente, foi aceite por ambas.

\* A CGTP ocupou, finalmente, os seus lugares cativos no CPCS em 1987, depois das eleições parlamentares de Julho desse ano, que deram uma maioria absoluta ao PSD. Eram notórias as divisões entre os dirigentes sindicais comunistas da central, com uma ala ortodoxa, que persistia no boicote, e uma ala mais pragmática, a favor da entrada no Conselho. Aparentemente, a questão acabou por ser decidida pela direcção do PCP, num momento em que se anunciava uma crise interna no Partido. Ora a ala pragmática da CGTP podia pesar bastante nesse contexto e, além disso, não havia grande coisa a ganhar em manter uma oposição intransigente perante um quadro de estabilidade política e institucional do regime, quando os riscos do isolamento eram reais. (*Nota de 1991.*)

\*\* Os primeiros acordos, sobretudo o de 1987, beneficiaram francamente o partido do Governo, pelo menos à vista dos resultados eleitorais. Mas foram apenas um passo inicial, comparados com o último acordo de 1990 (também perto da realização de eleições), que ultrapassa o domínio limitado dos acordos de 1986 e 1987, para incluir certos lados da política macroeconómica e quase todos os das relações sociais de produção, incluindo a alteração de leis laborais, cuja competência é formalmente exclusiva da Assembleia da República. (*Nota de 1991.*)

CGTP em integrar-se no Conselho parece ligada a motivações políticas e ideológicas: afirmou que o Governo deveria primeiro renunciar aos seus desígnios de «restauração capitalista» e preferiria um Conselho Económico e Social, pois o termo «concertação» ofendia a sua dedicação oficial à luta de classes\*. Mas, com uma política de cadeira vazia, a CGTP não terá acesso a organismos tripartidos, como o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, que gerem fundos comunitários muito importantes; e, para evitar esta exclusão, talvez acabe, num prazo bastante curto, por ocupar o seu lugar no CPCS. Adversários declarados da adesão de Portugal à CEE, a Intersindical e o PCP nunca foram todavia excessivamente irrealistas...

Com efeito, também a oposição da CGTP à integração de Portugal na CEE já parece menos radical\*\*<sup>71</sup>. E as suas relações com o Estado, após anos de marginalização, tornam-se menos tensas. Se tudo isto se mantiver, também será de esperar uma certa flexibilidade, por ora apenas esboçada, perante as políticas de «restauração capitalista» do regime pós-revolucionário, amaldiçoadas pelos comunistas.

Em todo o caso, o peso da inércia não é irrelevante. A Intersindical formou-se como central no decurso de um período revolucionário e no quadro de uma estratégia de tomada do poder pelo PCP. E a CGTP permanece ligada ao modelo de corporativismo estatal e não se libertou do controlo comunista. Os seus principais dirigentes, mesmo os mais abertos, permanecem ligados à visão de um regime a contracorrente dos regimes democráticos ocidentais: contra a vinculação banal da UGT à democracia pluralista, não abandonam o sonho duma «democracia portuguesa» original, caracterizada, segundo eles, pela ausência de «dominação monopolista», destruída pelas nacionalizações, assim como por uma reforma agrária bastante colectivista, democracia essa mais «avançada», portanto, do que as dos outros países europeus ocidentais e podendo retomar, um dia, a «construção do socialismo» prevista na Constituição\*\*\*. Tudo isto está relacionado com a forte

---

\* Em 1991, na sequência da segunda revisão constitucional, o Parlamento instituiu um Conselho Económico e Social, aprovado com os votos dos sociais-democratas e dos socialistas, Conselho esse que provavelmente integrará o CPCS no seu seio, sem nele o dissolver. (*Nota de 1991.*)

\*\* De facto, em 1986, a CGTP reconheceu — antes do PC, que só o fez em 1988 — a realidade da integração de Portugal nas Comunidades Europeias como um facto consumado e procurou, desde a primeira hora, adaptar-se e tirar partido das benesses bruxelenses, ao mesmo tempo que organizava a sua representação no CES comunitário. Mais do que isso, dirigentes da ala pragmática da CGTP, como José Luís Judas, foram mais longe do que as posições oficiais da central (e do Partido) para defender a integração comunitária e o seu desenvolvimento como factos positivos e necessários. (*Nota de 1991.*)

<sup>71</sup> Cf. CGTP, «Anteprojectos de teses», in *Documentos para o Quinto Congresso*, Lisboa, CGTP, 1986.

\*\*\* As teses sobre a originalidade da «democracia portuguesa», minadas sucessivamente pela estabilidade do regime pluralista, pelas revisões da Constituição e pelas reprivatizações, acabaram por ser suspensas pelo próprio PC. Este, desde o Verão de 1988, declarou que a «revolução democrática e nacional» estava permanentemente «inacabada», para depois aprovar um programa banal para uma «democracia avançada no limiar do século XXI». Naturalmente, os sindicalistas comunistas, ortodoxos ou pragmáticos, evoluíram no mesmo sentido. (*Nota de 1991.*)

estabilidade dos dirigentes desta central, na sua maior parte pertencentes ao corpo sindical formado no decurso da «liberalização» marcelista. Foi preciso esperar por 1986 e pelo V Congresso da CGTP para ver os primeiros sinais duma mudança de gerações, acompanhada de posições mais flexíveis em face do regime pós-revolucionário e das suas políticas económicas e sociais, que podem traduzir um reconhecimento da prolongada crise resultante das mutações ocorridas em 1975. Certamente, a inércia persiste nas relações com o Partido Comunista: exprime-se simultaneamente na continuidade do controlo deste sobre a Confederação — que não é posto em causa pelas tendências minoritárias internas —, na inexistência de um secretário-geral da CGTP e na ausência dos dirigentes sindicais na direcção do PCP\*<sup>72</sup>. Mas pode considerar-se a eleição em 1980 de dirigentes da CGTP — comunistas e não comunistas — nas listas da APU, como deputados à Assembleia da República como um sinal de «normalização», seguindo, aliás, o exemplo dos sindicalistas da UGT eleitos pelo PS e pelo PSD.

Dificuldades de adaptação ao pluralismo sente-as a CGTP também no plano da negociação colectiva, quer nos casos em que antigos sindicatos corporativos filiados na UGT conduzem o jogo e a forçam a segui-los ou quebram o seu entusiasmo reivindicativo<sup>73</sup> — nomeadamente nos grandes *rounds* do sector público<sup>74</sup> —, quer quando novos sindicatos paralelos se entendem

---

\* A inércia nas relações entre o PC e a CGTP foi interrompida, por vezes com tensões sérias, sobretudo a partir de 1986-87, coincidindo em boa parte com a crise interna no Partido Comunista. Por um lado, as posições da CGTP acerca da integração comunitária portuguesa foram precursoras das do PC, tal como a greve geral com a UGT, de certo modo, antecipou a aliança entre socialistas e comunistas na eleição municipal de Lisboa em fins de 1989 e a sua integração no CPCS marcou uma viragem no sentido de uma crescente inserção institucional, como a que corresponde à estratégia oficial do Partido desde, *grasso modo*, 1988. Este vanguardismo da central não foi sempre, longe disso, estimulado pelo Partido. As tensões entre ambos tornaram-se, de resto, óbvias, com a posição clara de José Luís Judas contra a linha comunista dominante, apesar de ser minoritário dentro da direcção da central e de ter sempre recusado envolver demasiado ostensivamente a CGTP na crise partidária (embora uma boa parte dos conselheiros e alguns dirigentes sindicais — como o presidente da Federação Nacional dos Professores — se tenham juntado às fileiras dos comunistas «críticos»). De qualquer modo, o resultado parece ser uma relativa autonomia da CGTP em relação ao Partido Comunista, a benefício, aliás, da tese geral que justificava a ausência dos dirigentes sindicais da direcção do PC em nome da autonomia das respectivas esferas: a ficção ainda pode acabar por se tornar realidade... (*Nota de 1991.*)

<sup>72</sup> A dependência da maioria dos membros da direcção da CGTP do Partido Comunista já é um segredo aberto, mas, em todo o caso, contrariamente ao que é a regra no PCF e no PCE quanto às suas relações respectivamente com a CGT e as Comissões Obreras, nenhum dirigente da CGTP pertence à direcção do PCP. Além disso, é preciso notar também a estabilidade da estrutura de controlo do aparelho do Partido Comunista sobre os sindicatos; o mesmo responsável — Domingos Abrantes — dirige-a desde antes de 1974.

<sup>73</sup> Em especial nos casos, numerosos, em que está envolvida a Fetese, cujo papel é frequentemente decisivo, quando se trata de fazer ceder o patronato ou de destruir entusiasmos reivindicativos da CGTP.

<sup>74</sup> As negociações colectivas respeitantes ao sector público funcionaram muitas vezes como marco, donde a estratégia da CGTP (e muitas vezes também da UGT), consistente em concentrar as suas forças nesse terreno, para superar os «tectos» salariais impostos ou recomendados: os resultados alcançados eram susceptíveis de se repercutir poderosamente nas negociações do sector privado.

com o patronato, ameaçando marginalizar os seus<sup>75</sup>. Na ausência de critérios legais de representatividade<sup>76</sup> — devida mais a motivações políticas do que à dificuldade de avaliar a influência dos sindicatos —, a negociação colectiva torna-se por vezes selvagem, sem que nenhum dos protagonistas (incluindo o Estado) poupe os golpes. Aliás, também não são raros os casos em que a negociação não tem lugar, ou não é concluída, abrindo a porta às regulamentações autoritárias: portarias de regulamentação ou portarias de extensão... Por outro lado, é preciso reconhecer que não é vasto o campo deixado ao entendimento mais ou menos espontâneo dos parceiros sociais, pois que em toda uma série de matérias de primeira importância, reservadas à lei, existe uma interdição de negociar — segurança social, duração do trabalho, cessação do contrato de trabalho, duração das convenções, retroactividade —, para já não falar das tentativas governamentais de impor *ope legis* tectos salariais... Ora a lista destas matérias reservadas alonga-se com o decorrer dos anos, sem que o reforço do intervencionismo estatal corresponda sempre a um desenvolvimento dos conflitos sociais\*. Enraíza-se também no próprio Estado, de tradição centralista e que se tornou o maior empregador de Portugal...

Regressando à questão central dos modelos, uma comparação entre a CGTP e a UGT revela a existência de dois pluralismos internos limitados: um de dois partidos, o outro de hegemonia dum único partido, onde, paradoxalmente, é o último que mantém uma maior flexibilidade, permitindo-lhe exibir múltiplas tendências minoritárias e fazer concorrência à UGT neste terreno, nomeadamente depois de ter institucionalizado estas tendências<sup>77</sup>. Mas, a exemplo do antigo regime corporativo, a sua aceitação de um certo pluralismo interno não pode ser separada da sua recusa persistente do pluralismo *tout court*.

Finalmente, este pluralismo (carregado de intervencionismo estatal) que caracteriza o sindicalismo português a partir de 1976-77 é apenas uma espé-

---

<sup>75</sup> O caso mais evidente foi o dos têxteis, quando a respectiva Federação (CGTP) foi afastada da negociação colectiva, preferindo as associações patronais tratar com o Sindetex (UGT). O Ministério do Trabalho apoiou bastante esta manobra.

<sup>76</sup> É difícil tentar medir a representatividade sindical: por exemplo, os dados de fontes sindicais respeitantes aos efectivos são muito pouco seguros e sabe-se também pouquíssimo a respeito das quotizações. Quanto ao critério dos resultados obtidos nas eleições sociais, seria sempre parcial, porque estas eleições não têm lugar em todas as empresas, longe disso.

\* O domínio da contratação colectiva alterou-se substancialmente com um período de crescimento económico sustentado, a partir de 1986-87, sobretudo quando as empresas, em boa parte, passaram a poder praticar remunerações acima das fixadas pela negociação colectiva, ao mesmo tempo que absorviam largamente o desemprego. Naturalmente, esta mudança diminuiu ainda mais a força e o peso dos sindicatos (tal como as reprivatizações, provavelmente, reduziram o número de filiados), quer da CGTP, quer da UGT. Não é ainda clara a capacidade de adaptação das associações sindicais a uma situação mais «normal» do que aquelas em que as centrais começaram a estruturar-se, ou em que tiveram de sobreviver. (*Nota de 1991.*)

<sup>77</sup> As tendências internas foram institucionalizadas no V Congresso da CGTP, para incluir uma representação das correntes católicas progressistas e também de correntes de extrema-esquerda, dos socialistas radicais e dos antigos maoístas. Cf. «Anteprojectos [...]», cit.

cie de duplicação flexível do modelo «monista» de 1975: nos dois casos, foi a partir do Estado que o PCP, primeiro, e o PS e o PSD, em seguida, consolidaram as suas posições sindicais. Uma vez mais, as coisas podiam ter sido diferentes se a corrente católica tivesse imposto a sua autonomia e formado, logo em 1974, uma confederação independente (não forçosamente confessional), ou se a corrente anticomunista tivesse sabido ultrapassar as suas divergências e conduzir, enquanto corrente de oposição sindical, o processo de formação da segunda central. Então, a dominação dos partidos não teria sido inevitável. Também não é certo que o regime português vá continuar marcado por essa dominação. Mas o mínimo que se pode dizer é que a emancipação dos sindicatos parece uma obra de longo fôlego.

Outra questão maior do sindicalismo português continuará em aberto por muito tempo. Uma vez que o salazarismo privilegiara a organização por profissões, esperavam-se, após o 25 de Abril, impetuosos movimentos de integração vertical. Mas, em 1974-75, às tentativas neste sentido no quadro da Intersindical — por vezes caracterizadas por um obreirismo flamejante — depararam-se resistências frequentemente inultrapassáveis. Sobretudo da parte dos «colarinhos brancos» (empregados de escritório, quadros) e dos técnicos e operários especializados. Ora esta situação não mudou muito no decurso dos anos seguintes. Houve um bom número de fusões, anexações e «verticalizações» na esfera da CGTP e da UGT, tendo esta estimulado a criação *ex novo* de vários sindicatos verticais, nomeadamente em sectores de predominância operária (têxteis, metalurgia, etc.) onde não tinha qualquer hipótese de se tornar maioritária no interior dos sindicatos antigos. Mas, quer se trate de acções «ugestistas» quer «cegetistas», estas integrações permanecem quase sempre muito parciais, abrangendo sobretudo as profissões manuais, enquanto surgem novos sindicatos «horizontais» (técnicos, quadros, operários especializados), alguns dos quais permanecem fora de qualquer das duas centrais: e, ao mesmo tempo, muitos «colarinhos brancos» saem discretamente dos sindicatos «verticalizados», para regressarem àquelas onde antes estavam filiados: é nomeadamente o caso de muitos empregados de escritório.

Perante esta resistência dum sindicalismo profissional, por vezes elitista, que se considerava estar totalmente ultrapassado e que agora parece, por vezes, portador de futuro, alguns defensores da integração vertical encaram — na CGTP e na UGT — a adopção de esquemas organizacionais integrando nos sindicatos verticais secções profissionais dotadas de uma significativa autonomia mesmo no plano da negociação colectiva. Trata-se de assegurar a unidade dos trabalhadores no seio dos grandes conjuntos sectoriais, à custa de concessões à sua diversidade socioprofissional, sendo ainda demasiado cedo para saber se esta concepção prevalecerá. Entretanto, deve notar-se que no último período do regime autoritário já se tinham esboçado as primeiras «verticalizações», como a dos têxteis... Na altura, isso foi, certamente, um movimento contra a corrente, mas, partindo do princípio oposto, inclinava-se também para uma organização sindical mista (combinando as dimensões ver-

tical e horizontal), talvez não demasiado diferente daquela que amanhã estará diante dos nossos olhos. Nesse caso, mais uma vez, a realidade terá vergado as ideologias.

### 3. A FORMAÇÃO DAS CONFEDERAÇÕES EMPRESARIAIS

Por vezes muito lento, o desenvolvimento da organização corporativa portuguesa foi frequentemente assimétrico. Previstas desde 1933, as grandes corporações unitárias, traves mestras do sistema, fizeram-se esperar mais de vinte anos — e a Corporação da Indústria, contrariamente à da Agricultura, foi criada na falta de muitas associações primárias, de grêmios tão importantes como os da metalurgia, da química, do material eléctrico, da construção naval, do sabão e dos óleos vegetais. Nestes ramos, a contratação colectiva, quando contratação havia, só podia ter lugar entre a multidão dos sindicatos de profissão (que, esses, não faltavam) e empresas jogando cada uma por si. A multiplicação dos casos de dispersão ou de carência de negociações contribuía, por sua vez, para justificar o recurso a «anticorporativas» portarias ministeriais de regulamentação do trabalho, frequentes no após-guerra.

A posição do regime salazarista acerca do associativismo empresarial<sup>78</sup> era ambígua. Por um lado, desejava-o, tal como, em princípio, queria bem à iniciativa privada. Mas, por outro lado, desconfiava do associativismo e mantinha os grêmios sob vigilância do Estado, como o revela a multiplicação dos instrumentos de uma tutela em certos aspectos mais meticolosa do que a que se exercia sobre os sindicatos e que, no caso dos grêmios obrigatórios<sup>79</sup>, incluía a presença de um delegado do Governo junto das suas direcções, com direito de veto sobre as suas decisões. Daí, também, em parte, a longa negligência das autoridades em relação à falta de espírito corporativo revelada pelos vários ramos desprovidos de grêmios.

Reciprocamente, muitos empresários eram bastante reservados em relação ao corporativismo, preferindo apostar em velhas instituições, como a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e a Associação Industrial do Porto (a «Portuense»), e também a ACL (Associação Comercial de Lisboa) e a

---

<sup>78</sup> Para Marcello Caetano (cf. *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935, e *O Sistema Corporativo*, Lisboa, 1938), os grêmios são, com efeito, associações de empresas (as quais incluem também trabalhadores...) mais do que de patrões. Mas na legislação salazarista estão definidos quer como «organização corporativa das entidades patronais, quer como organização corporativa das actividades económicas». Cf., nomeadamente, os Decretos-Leis n.ºs 23 048, 23 049 — ambos de Setembro de 1935 — e 24 715, de 3 de Dezembro de 1954. Teixeira Ribeiro (cf. *Princípio e Fins do Sistema Corporativo*, Coimbra, 1938) cedo sustentou uma concepção mista dos grêmios, simultaneamente organismos representativos (do patronato) e económicos.

<sup>79</sup> Criados pelo Estado, estes grêmios obrigatórios, em que os industriais — ou os comerciantes — do ramo da respectiva actividade não podiam deixar de se inscrever, eram de *direito público* e aparentados com os organismos de coordenação económica, enquanto os grêmios facultativos criados por iniciativa dos próprios interessados eram de *direito privado*.

ACP (Associação Comercial do Porto), fundadas no século XIX, durante a monarquia liberal, e que, sob o Estado Novo, ficaram à margem da organização corporativa<sup>80</sup>. Os grupos económicos portugueses mais importantes também guardavam as suas distâncias em relação a essa organização e a sua influência exercia-se mais frequentemente por outros canais, embora o seu acesso aos centros de decisão política fosse limitado e condicionado, à medida das reservas de Oliveira Salazar: donde uma tradição de afastamento e de irresponsabilidade política, compensada por alguma autonomia de manobra economicista. A militância associativa dos grandes «capitães de indústria» concentrava-se de preferência na AIP.

Ora foi justamente por aí que um ministro das Corporações quis fazer avançar, em 1958, a sua obra de edificação corporativa, pensando na extinção da AIP, cujas funções poderiam ser confiadas à Corporação da Indústria. Este desígnio (que implicava a expropriação de um património importante) foi travado por não ter, ao que parece, agradado a Oliveira Salazar<sup>81</sup>. Mas outras ameaças mais subtis pesariam mais tarde sobre a AIP, sobretudo nos finais dos anos 60, quando a Corporação da Indústria se dedicou — frequentemente com sucesso — à criação dos grémios que faltavam, ao mesmo tempo que consolidava a sua estrutura central (gabinete de estudos, centro de produtividade, grupos de apoio à planificação e às exportações, etc.) com quadros qualificados, na maior parte vindos da Acção Católica, muitos dos quais depressa seriam chamados para postos-chave na administração pública e viriam a participar na elaboração e na realização das reformas marcelistas — incluindo a reforma da contratação colectiva —, depois de terem desempenhado um papel importante na formação dos referidos grémios e na reestruturação da Corporação. Esta, melhor preparada para a mudança das regras do jogo do que a maior parte das suas irmãs, teve um papel importante na conciliação e na arbitragem entre os grémios e as associações sindicais. Porque — vale a pena não o esquecer — nas corporações existiam representantes de uns e outros.

### 3.1 ASSOCIAÇÕES E GRUPOS ECONÓMICOS

Passo a passo, a Corporação da Indústria vai adquirir uma certa influência, assente nas suas competências concretas, enquanto os grémios indus-

---

<sup>80</sup> Estas associações organizadas por secções, correspondentes aos diversos ramos industriais, dirigiam frequentemente «representações» às autoridades. Na ausência dos respectivos grémios, era difícil negar-lhes um carácter representativo. Aliás, um discurso análogo vale para as velhas associações comerciais de Lisboa e Porto.

<sup>81</sup> Depois de o ministro das Corporações, Veiga de Macedo, ter dado a conhecer as suas intenções ao secretário da AIP, Fernando Cruz, este enviou ao presidente do Conselho de Ministros um *memorandum* insistindo na importância da associação, nomeadamente na organização de feiras industriais internacionais. À face do que depois se passou, Oliveira Salazar terá admitido as pretensões da AIP, embora não tenha respondido directamente ao *memorandum*. Cf. Fernando Cruz (entrevista, 1986).

triais estagnam, pois, salvo excepções, não exercem funções económicas comparáveis às dos grémios da lavoura<sup>82</sup> que possam compensar a sua fraqueza no plano representativo. Em geral, não estão preparados para a reforma da contratação colectiva — obrigatória a partir de 1969 e impondo-lhes subitamente procedimentos e prazos rigorosos<sup>83</sup>. É preciso também sublinhar que o legislador levou mais de um ano para estender aos grémios facultativos do comércio e da indústria uma parte apenas das disposições liberalizantes<sup>84</sup> nesse ano introduzidas na lei sindical. Além disso, estes grémios continuam a merecer um desprezo real da parte dos principais empresários, os quais se fazem representar nestas associações por quadros de segunda ordem, enviando os melhores para a AIP.

A Corporação e a AIP só podiam ser rivais: em 1958, a sobrevivência da segunda fora obtida *in extremis*, mas a sua dimensão representativa e o seu estatuto não deixaram de ser postos em causa pelo desenvolvimento dos grémios nos anos 60. A Corporação, pela sua parte, continuava mal vista pela maior parte dos «grandes capitães» da indústria e não tinha nem o prestígio, nem os meios financeiros, nem a dimensão internacional da AIP, pois as instituições da EFTA ou da OCDE não podiam facilmente tomá-la em pé de igualdade com as centrais patronais ou sindicais dos países democráticos europeus: a Corporação, enquanto organismo interclassista, não podia ser nem apenas uma central patronal, nem tão-só uma central sindical: sendo mais do que uma ou outra, era sobretudo diferente de ambas, sem par.

No entanto, acabou por se estabelecer um *modus vivendi* que assegurava à Corporação o essencial da representação da indústria no plano nacional, confirmando a sua acção no terreno da contratação colectiva, assim como a importância dos seus serviços técnicos. Quanto à AIP — contente por evitar confrontos sociais com sérias consequências políticas —, obtinha o reconhecimento informal do seu estatuto como grupo de pressão, devido à sua ligação *sui generis* com os industriais mais importantes e à sua dimensão internacional (já bastante consolidada), assim como a promessa de que a Corporação desistia da Feira Industrial de Lisboa, importante fonte de rendimentos e instrumento privilegiado das suas relações externas.

A divisão de trabalho implícita neste acordo informal<sup>85</sup> abarcava outras entre os próprios empresários: para começar, uma clivagem política e hierár-

---

<sup>82</sup> Cf. o capítulo seguinte.

<sup>83</sup> A partir da publicação do Decreto-Lei n.º 44 212, de 28 de Agosto de 1969, os grémios deixaram de poder evitar as negociações pedidas pelos sindicatos e as tentativas de conciliação sob a égide da Corporação, obrigatórias caso essas negociações chegassem a um *impasse*. Até 1970, a Corporação também desempenhou um papel nas arbitragens (obrigatórias em caso de insucesso nas tentativas de conciliação), cabendo-lhe a escolha do árbitro-presidente, capaz de «desempatar» entre os escolhidos pelas partes.

<sup>84</sup> Uma parte apenas, pois as relações internacionais só eram admitidas no caso dos sindicatos. Cf. Decretos-Leis n.ºs 442/70, de 23 de Setembro, e 502/70, de 26 de Outubro. Cf. também Lucena, *L'évolution [...]*, e *O Marcelismo*, cit.

<sup>85</sup> Cf. entrevistas de Fernando Cruz e Silva Pinto (1986).

quica, com os «grandes capitães» no comando da AIP, enquanto a «infantaria» marchava nos grêmios. Os primeiros tinham um acesso directo ao poder — a sua influência aumentou no tempo de Marcello Caetano —, os outros não... Em seguida, clivagens relativas à política económica e social e às relações com o Estado. *Grosso modo*, porque houve sempre excepções: *a*) muitas das empresas mais em evidência na AIP viraram-se para os mercados europeus (particularmente no quadro da EFTA), tratando de se adaptarem às regras da concorrência internacional, enquanto as mais dependentes do protecçãoismo estatal pesavam sobretudo na Corporação da Indústria, travando os reformadores; *b*) as empresas mais evoluídas, frequentemente antecipando as pressões sindicais, praticavam remunerações que as outras não poderiam sustentar e iam por vezes até à constituição de conselhos de empresa com a participação dos trabalhadores, enquanto certas empresas da retaguarda multiplicavam as diligências políticas com vista a um regresso aos bons velhos hábitos repressivos.

Nos últimos anos do regime, a sua pressão provoca a demissão de certos ministros modernistas... Mas, ao mesmo tempo, a ligação entre os reformadores governamentais e os empresários mais avançados parece ter sido reforçada por uma inesperada convergência entre a AIP e a Corporação da Indústria, que se anuncia quando um vice-presidente da primeira — Teixeira Lopo, importante quadro da CUF — assume a presidência da segunda. O último presidente da Corporação encarregar-se-á de resistir às pressões vindas de baixo contra os aumentos salariais e de travar a corrente protecçãoista, procurando ao mesmo tempo aumentar a influência — a «representatividade», nas suas palavras — do grupo a que pertence.

Este episódio assinala o reconhecimento, por parte de certos capitães da indústria, da importância adquirida pela rede corporativa e da necessidade de controlar de mais perto a infantaria industrial. Revela também, em parte, uma estratégia do grupo CUF, dirigido pelos irmãos Jorge e José Manuel de Mello, que se desenvolvia em dois planos. Em primeiro lugar, o grupo quer influenciar decisivamente as políticas económicas (no sentido europeísta da abertura marcelista), contrariando outros, como o grupo Champallimaud, mais dependentes do espaço colonial. Perante os sinais duma crescente paralisia do regime, a CUF quis desempenhar um papel decisivo na definição das políticas económicas, sem no entanto assumir essa responsabilidade... Mas, na falta de outras estruturas de enquadramento, não negligencia um segundo plano — o associativismo, a agregação e a representação do maior número possível de empresários, necessária para lhe dar maior peso e para legitimar as suas posições num contexto de fragmentação política, em que se multiplicavam as facções (informais) no interior do regime. Eis o que passava evidentemente pela Corporação.

A existência de dois planos — determinação das políticas, controlo das associações — nesta estratégia indirecta (o grupo devia manter um perfil baixo) exigia um «comando único», capaz de coordenar a multiplicidade de instrumentos e de acções de que dependia a sua aplicação: esse comando

estava sobretudo nas mãos de José Manuel de Mello e dos seus conselheiros na EGF, a *holding* do grupo. Entre estes conselheiros, uns (poucos) julgavam inevitável a crise do regime, por causa da crise económica internacional de 1973, cujos efeitos sobre a economia portuguesa seriam, na sua opinião, catastróficos. Segundo essas previsões, a força da razão económica, por si só, afastaria Marcello Caetano do poder em Setembro de 1974. Até lá deviam limitar-se a continuar a seguir uma via discreta, embora o tom das suas críticas à política económica se tornasse cada vez mais duro, antecipando uma mudança tida como inevitável<sup>86</sup>.

Para discutir sobre tudo isto, no princípio do mês de Abril de 1974 é convocada uma importante assembleia de empresários, marcada para o dia 7 de Maio, na sede da AIP. Os militares não esperaram pela sua realização...

### 3.2 A VANGUARDA DA VANGUARDA

A reunião teve efectivamente lugar na data marcada. O golpe de Estado militar estimulava o espírito associativo dos empresários, e esta foi a assembleia mais concorrida da AIP: toda a «fina flor» industrial — ou quase — lá se encontrava. Mas o tema da reunião mudara: perante o novo poder político, ainda nebuloso, e a expansão da Intersindical tornava-se urgente constituir o mais rapidamente possível uma organização representativa dos empresários. Nesse sentido, o dia 7 de Maio pode ser considerado como a data da fundação da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), se bem que nesse momento ninguém soubesse exactamente nem o seu nome nem do que se tratava ao certo.

Sabiam apenas que tinham de se organizar, deixando de lado tudo o que pudesse lembrar o antigo regime, *maxime* uma Corporação condenada à extinção<sup>87</sup> e grémios que era preciso transformar tão rapidamente quanto possível em associações livres. Num primeiro momento houve a ideia de formar a central patronal a partir da fusão das duas instituições que nunca tinham pertencido à organização corporativa: a AIP e a «Portuense». As suas direcções, presentes na assembleia, reuniram-se para constituir uma comissão organizadora. Mas este projecto foi rapidamente bloqueado pela oposição da «Portuense», cujos dirigentes — contrariamente aos da AIP — não admitiam a dissolução num quadro homogéneo e insistiam na importância e no peso do Norte na economia portuguesa, os quais lhes pareciam mal compreendidos. Foi o ponto de partida para a revisão do quadro previsto e também para a formação duma primeira federação «nortista» no sector têxtil<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Cf. os editoriais da revista *Tempo Económico* de 1973-74.

<sup>87</sup> As corporações e os grémios obrigatórios serão dissolvidos pelos Decretos-Leis n.ºs 362/74 e 443/74, de 17 de Agosto e de 12 de Setembro respectivamente.

<sup>88</sup> A Federação Nacional das Empresas Têxteis, cujo director-geral foi Basílio Horta, que inicialmente será o seu representante na CIP.

Esta revisão tem lugar em sucessivas reuniões na AIP (e na EGF). De um lado alinham-se os que continuam a preconizar a fusão, sem todavia chegarem a ultrapassar quer a recusa da «Portuense», quer o argumento segundo o qual — numa situação política demasiado agitada — se não devia apostar nem arriscar tudo numa única organização. Do outro lado encontram-se os que preconizam a coexistência entre as duas associações tradicionais e uma Confederação criada *ex novo*, o que pressupõe uma divisão do trabalho: mais aristocráticas, a AIP e a «Portuense» ficariam em reserva, na previsão do pior, enquanto a Confederação tomaria a dianteira, mobilizando a infantaria industrial para conter, na medida do possível, a frente social<sup>89</sup>. Preconizada, nomeadamente, pelos quadros do grupo CUF, esta segunda via prevaleceu. Tal como no passado, os empresários dispunham de duas forças associativas. Mas era preciso ainda que à cabeça da CIP estivessem dirigentes que não pertencessem aos principais grupos económicos. E, alargando sempre a sua representatividade para os proteger dos maus resultados, também era preciso poupar na medida do possível a Confederação às rivalidades entre os grandes senhores do meio — sobretudo a que opunha os Mellos e Champallimaud (que fora favorável à estratégia da fusão). Neste contexto, o Eng.º António Vasco de Mello, dirigente da AIP e primo dos patrões da CUF, mas que não pertencia ao grupo e mantinha boas relações empresariais com Champallimaud, tornar-se-á o primeiro presidente da Confederação dos industriais.

Presente neste processo desde a primeira reunião, encarregar-se-á logo dos contactos iniciais com as autoridades políticas e de tudo o resto, praticamente sozinho, porque o entusiasmo associativo geral foi de curta duração. A seu lado acabam apenas por ficar Miguel Sttau Monteiro, José Manuel Morais Cabral<sup>90</sup> e Basílio Horta<sup>91</sup>; e forma-se uma comissão organizadora, com um punhado de industriais encarregados de criar as federações sectoriais e as respectivas associações primárias. Procedeu-se, pois, de cima para baixo, o que dará lugar a críticas<sup>92</sup>.

Ao princípio, a CIP existe sobretudo no papel, o que não impede os seus dirigentes de anunciarem solenemente a sua formação, numa cerimónia que tem lugar em 2 de Julho de 1974, perante o presidente da República. No Palácio de Belém, António Vasco de Mello — rodeado por uma centena de indus-

---

<sup>89</sup> Tal é o modelo finalmente adoptado e que foi defendido por Teixeira Lopo — o qual declara inspirar-se no modelo sueco (entrevista com Teixeira Lopo, 1986).

<sup>90</sup> Miguel Sttau Monteiro dirigia várias empresas em Moçambique e em Angola e tinha sido dirigente da AIP. José Manuel Morais Cabral era administrador de uma empresa de metalurgia e professor no Instituto Superior de Economia (ISCEF) e no CEAD. Ambos integram a comissão executiva da CIP.

<sup>91</sup> Simultaneamente membro da comissão executiva e director-geral da CIP, isto é, dirigente e alto funcionário da Confederação.

<sup>92</sup> Cf. a polémica entre José Rabaça e Domingos Megre nas colunas do *Expresso*, em Julho de 1974. O segundo criticava a criação da CIP de cima para baixo, justificada pelo primeiro, que invoca a força maior de um estado de necessidade.

triais, representantes das principais empresas— enumera os objectivos da Confederação e declara a sua adesão ao novo regime, insistindo nos temas caros ao «patronato progressista»: a livre associação e a unidade entre as pequenas, médias e grandes empresas, sem esquecer a «economia concertada», o diálogo com os sindicatos e a orientação europeísta do desenvolvimento económico, no quadro de um regime pluralista de tipo ocidental. Finalmente, para fazer valer as melhores intenções patronais, sublinha a «responsabilidade social dos empresários», sugere a sua tradução em medidas concretas (um programa de construção de habitação para trabalhadores, assim como um outro de formação profissional) e dá o seu apoio à fixação de um salário mínimo nacional<sup>93</sup>.

A sua mensagem principal é clara e será o *leit motiv* da CIP durante o período revolucionário: a resolução dos problemas nacionais depende primeiro, e sobretudo, da economia. Assim, persiste uma relação de continuidade entre a posição da Confederação e a tese do *brain trust* do grupo CUF sobre as causas económicas da deposição do antigo regime, cujo afundamento «natural» teria sido antecipado pelo golpe militar. Ao mesmo tempo, era valorizada a possibilidade de uma recuperação económica europeísta, ultrapassado o problema colonial com a admissão de acesso à independência dos territórios africanos sob administração portuguesa — e a Confederação, como porta-voz do «patronato progressista», propunha-se seguir esse caminho ao lado do regime pós-autoritário<sup>94</sup>.

#### *a) A solidão da CIP*

A Confederação era, todavia, suposta ser, antes de mais, uma vanguarda patronal para aguentar o impacte do movimento sindical, e não um duplo do Ministério da Economia, ou um centro privado de racionalização das políticas públicas. Com efeito, a organização e o funcionamento da CIP em nada reflectiam esta segunda dimensão. Depois dos rituais de adesão, poucos empresários continuaram a aparecer: com um punhado de juristas e de economistas, os três mosqueteiros já citados e o director-geral da Confederação têm tudo a seu cargo, privilegiando, por um lado, as relações com o poder político<sup>95</sup> e, por outro lado, o acompanhamento da contratação colectiva<sup>96</sup> e da transformação dos grémios corporativos em associações livres. A con-

---

<sup>93</sup> Cf. *O Século* de 3 de Julho de 1974.

<sup>94</sup> Os membros da comissão executiva decidiram excluir o problema colonial da agenda confederal (entrevistas com António Vasco de Mello, Miguel Sttau Monteiro e J. M. Morais Cabral, 1986).

<sup>95</sup> Primeiro com o ministro da Economia, Vasco Vieira de Almeida, depois com o conselheiro económico do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e também com o major Costa Martins, ministro do Trabalho. Os membros da comissão executiva tinham também contactos regulares com os maiores Melo Antunes e Vítor Alves, também ministros e dirigentes do MFA.

<sup>96</sup> A CIP contava neste domínio com altos funcionários que saíram da extinta Corporação da Indústria e do antigo Ministério das Corporações.

tratação depressa se tornará penosa perante uma crescente agressividade sindical, frequentemente apoiada pelas autoridades (mas nem sempre: publicada em Agosto, a lei legalizando a greve impõe-lhe fortes condições restritivas e o Ministério do Trabalho tem gestos de benevolência passageira em relação à CIP). A metamorfose gremial passar-se-á sem demasiados problemas. Do ponto de vista das estruturas internas, os novos organismos (com excepção dos antigos grémios obrigatórios) não serão muito diferentes dos anteriores e manterão o património e os empregados corporativos, registando-se uma parcial renovação dos dirigentes. A continuidade prevalece, pois, nitidamente, apesar de certos desmembramentos, tentativas de reagrupamento e outras modificações do organigrama associativo<sup>97</sup>, tendentes por vezes a sugerir que os industriais portugueses estavam, em suma, mais descontentes do que os sindicalistas com os critérios de distribuição socio-profissional e territorial impostos pelo regime corporativo. Mas, seja como for, mais significativo é o facto de tudo isto ter mobilizado muito poucos empresários, sem verdadeiramente arrastar o grosso da coluna.

Por outro lado, a intenção de agir sobre as políticas públicas é recuperada por um outro projecto lançado por «grandes capitães», simultaneamente críticos das limitações da CIP e convencidos da necessidade de marcar certas distâncias entre a Confederação e as suas próprias empresas. Este projecto — baptizado MDE-S, «Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade» —, em que José Manuel de Mello parece ter desempenhado um papel preponderante, reúne a seu lado António Champallimaud, Manuel Ricardo Espírito Santo e outros que aceitam associar-se a um plano de investimentos privados maciços, apresentado à pressa ao primeiro-ministro e à opinião pública<sup>98</sup>. De um modo ambíguo, o MDE-S apresenta-se como um «movimento associativo dos empresários», exprimindo uma tomada de consciência da sua «responsabilidade na experiência democrática em curso», antes de se revelar como um programa de política económica, incluindo uma lista pormenorizada de projectos de investimento e de medidas de reestruturação da economia. É uma nova versão da estratégia dual: a «linha de massas» assegurada pela CIP e a pressão sobre as políticas económicas pelo MDE-S, dotada de um comando único, assegurando a articulação entre a primeira e o «núcleo central» do segundo<sup>99</sup>.

<sup>97</sup> Por exemplo: o grémio nacional da moagem deu lugar a três associações regionais; ao grémio dos transportes sucederam quatro associações sectoriais: transportes colectivos, táxis, *rent-a-car*, transporte de mercadorias. Pelo contrário, tentou-se, sem êxito, a criação duma Federação das Indústrias Alimentares, que não durou.

<sup>98</sup> Cf. «MDE — S» e «Um capitalismo progressivo», in *Tempo Económico*, n.º 5, Setembro de 1974, pp. 8-26.

<sup>99</sup> Existem várias versões referentes à composição do «núcleo central» do MDE — S, que podem ser todas mais ou menos verdadeiras. O *Tempo Económico* publicou uma lista dos membros do referido núcleo, que não foi objecto de nenhum desmentido formal. Cf. *Tempo Económico*, n.º 11, de 20 de Setembro de 1974.

Esta divisão do trabalho é, em si mesma, interessante. Mas os empresários que subscrevem o projecto não superaram realmente as suas rivalidades habituais e não dispõem dos recursos necessários para realizar os investimentos que apresentam publicamente em 23 de Agosto de 1974. De facto, o MDE-S não sobreviverá para lá do seu primeiro e último acto público, uma conferência de imprensa bastante decepcionante; no dia seguinte, a CIP está ainda mais só no terreno: a sua distância em relação aos grandes industriais acentuar-se-á ao longo dos meses seguintes; a posição destes torna-se cada vez menos sustentável a partir do 28 de Setembro e da demissão do general Spínola: os seus problemas aumentam quer nas empresas, onde greves e ocupações se sucedem, quer à mesa das negociações, onde os sindicatos, apoiados pelo Ministério do Trabalho, impõem a maior parte das vezes as suas condições, quer, finalmente, no plano político, perante a ascensão da ala militante do MFA. Nos *mass media*, cada vez mais controlados pelas forças radicais, tornam-se os «sabotadores da economia» e os «agentes do capitalismo», frequentemente identificados com o «fascismo». Isolados internamente, os dirigentes da CIP descobrem que também o estão praticamente no plano internacional. No decurso das suas viagens na Europa e nos Estados Unidos, em finais de 1974, ouvirão a maior parte das vezes dizer que Portugal é uma causa perdida e que não resta nada a fazer para evitar o pior<sup>100</sup>. Ora os dirigentes confederais contavam bastante com um apoio maciço dos seus confrades estrangeiros — expresso nomeadamente pela retomada dos seus investimentos no País — para fortalecer os vínculos económicos entre Portugal e o Ocidente e conter a ameaça de um regime comunista.

Perante a agressividade dos sindicatos e a publicação, em finais de 1974, da lei que prevê a intervenção do Governo na gestão das empresas, e mesmo a nacionalização destas<sup>101</sup>, acabam por concluir que a instauração de uma democracia liberal ou social-democrata já não é possível e que — como não querem a restauração dum regime autoritário tradicional<sup>102</sup> — devem apostar tudo numa aliança com os militares que, no poder, preconizam um «socialismo original», na esperança de que a sua originalidade o modere e o leve, talvez, a tornar-se um «socialismo de direita»<sup>103</sup>. Neste contexto, têm poucos contactos com os partidos moderados e preferem de momento o diálogo com certos oficiais altamente colocados, como os majores Melo Antunes e Vítor Alves. Desta revisão pessimista sai também a decisão de lançar uma primeira campanha publicitária — onde a CIP se apresenta como representativa do conjunto das 47 000 empresas industriais portuguesas<sup>104</sup> e sublinha o seu empenhamento revolucionário —, que precede outra a favor do

---

<sup>100</sup> A excepção era a CBI britânica.

<sup>101</sup> Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro.

<sup>102</sup> Cf. Morais Cabral. «Não seremos os Pinochet da economia portuguesa», in *Sempre Fixe* de 4 de Janeiro de 1975.

<sup>103</sup> Miguel Sttau Monteiro (entrevista, 1986).

<sup>104</sup> Este número resulta dum cálculo *ad hoc* feito pela comissão executiva. Cf. António Vasco de Mello e J. M. Morais Cabral (entrevistas, 1986).

programa económico e social do ministro de Estado Melo Antunes, na elaboração do qual tinham colaborado discretamente, apoiando, entre outras, as medidas de nacionalização previstas no documento<sup>105</sup>.

Quanto aos próprios empresários, as reservas de muitos perante o apoio da CIP a este programa socializante não têm tempo de se exprimir, porque a viragem revolucionária do 11 de Março de 1975 vai desencadear uma vaga de nacionalizações (ao lado das quais, as propostas por Melo Antunes eram um exemplo de moderação), assim como uma escalada de violência que atinge as suas empresas ocupadas e os expõe a serem sequestrados por comissões de trabalhadores.

Através das nacionalizações, os seus fautores respondem objectivamente ao argumento da CIP segundo o qual a prioridade estava no desenvolvimento económico, que consolidaria uma democracia de tipo ocidental ou um «socialismo de direita». A sua mensagem é outra: a «verdadeira» democracia não pode existir sem a prévia decapitação dos grupos económicos portugueses. Ora, de acordo com este critério político, no domínio da iniciativa privada nacional, só as pequenas e médias empresas terão daí em diante o direito de viver.

#### *b) Sobreviver na tempestade*

Esta viragem, aparentemente definitiva, provoca perturbações dentro da CIP. Primeiro, os grandes industriais estão fora do jogo: os dirigentes da Confederação já só podem contar consigo mesmos e há quem não tenha esperança na salvação<sup>106</sup>. Em seguida, os seus aliados militares também ficam em maus lençóis. Finalmente, surge uma tendência no interior da CIP que se aproveitará do desânimo para tentar mudar a direcção e a estratégia da Confederação. Com efeito, a direcção confederal será, em parte, substituída a quente, numa assembleia «plenária» realizada em 7 de Abril de 1975. Assiste-se então à ascensão de dirigentes que contam com o apoio de associações sectoriais e até à data não se tinham comprometido excessivamente: Rocha de Matos, da Associação da Indústria Eléctrica e Electrónica, substitui Morais Cabral<sup>107</sup>, o qual pagará as despesas de um estilo de direcção julgado simultaneamente demasiado brilhante, demasiado elitista e demasiado imprudente; os seus opositores na CIP pretendem-se mais discretos, menos visíveis e mais cautelosos em relação aos poderosos do momento.

Estas perturbações, todavia, não bastarão para mudar a orientação da Confederação. Facto inédito, dois dirigentes patronais, António Vasco de Mello e José Manuel Morais Cabral, lançam, no meio da tormenta revolucionária, um diário de opinião — o *Jornal Novo* — destinado menos a apoiar

<sup>105</sup> Cf. «A CIP e o programa económico», in *Primeiro de Janeiro* de 26 de Fevereiro de 1975.

<sup>106</sup> Miguel Sttau Monteiro abandona a CIP por esta altura, persuadido de que a sua segurança pessoal está em risco. (Entrevista com Miguel Sttau Monteiro, 1986.)

<sup>107</sup> «A CIP tem nova comissão executiva», in *Boletim CIP* de Junho de 1975.

interesses corporativos ou institucionais do que a lutar por uma democracia pluralista, apoiando sempre os seus aliados militares revolucionários: após a ocupação do quotidiano socialista *República*, este jornal será o único diário de Lisboa que não cai nas mãos do PC e da extrema-esquerda, com o sucesso correspondente. Entretanto, a nova lei das associações patronais fora publicada em 30 de Abril, a seguir às eleições para a Assembleia Constituinte. A CIP e as associações constituídas a partir dos antigos grémios servir-se-ão desse quadro legal, apesar dos condicionamentos que este lhes impõe<sup>108</sup>, para sustentar a sua legitimidade em relação a um poder ameaçador. Voltando à cena, a Confederação — encorajada pelos resultados das eleições de Abril de 1975 — lança o Primeiro Congresso da Indústria, num «último esforço» para salvar a iniciativa privada, precisamente no momento em que a revolução anticapitalista está no auge. Na comissão organizadora encontram-se Morais Cabral e Pedro Ferraz da Costa, *pivot* da Associação da Indústria Farmacêutica, os quais se encarregam da preparação do Congresso, cujo tema, aparentemente levado a sério na altura, é o «papel da iniciativa privada numa economia em transição para o socialismo». O Congresso terá lugar em finais de Junho, no mais quente da crise política. É sobretudo notável pelo facto de se realizar directamente ligado à aprovação, pelo Conselho da Revolução, de um «Plano de Acção Política» que (pressão dos seus elementos moderados, recuo táctico dos outros...) promete que a revolução prosseguirá num quadro político pluralista.

Agarrando-se a esta declaração oficial, a CIP trata de se manifestar no mesmo sentido, demonstrando que, apesar de tudo, os empresários ainda têm voz: as reuniões do Congresso estão cheias, apesar de a maior parte das associações se encontrarem paralisadas. Assegurando a cobertura política tida por indispensável, os organizadores do Congresso conseguem fazer chegar à tribuna três membros do Conselho da Revolução, os quais declaram que a revolução conta com as pequenas e médias empresas privadas<sup>109</sup>. Mas, no final dos trabalhos, militantes de extrema-esquerda irrompem nas salas e o Congresso tem de ser adiado, para só recomeçar seis meses mais tarde, uma vez passada a tempestade revolucionária.

A CIP tornar-se-á quase invisível, até que, em Setembro, os aliados militares do PC recuam e são parcialmente substituídos no Conselho da Revolução por elementos menos radicais e o PS e o PSD regressam aos seus lugares no último governo provisório, após a derrota de Vasco Gonçalves. Nessa altura, a Confederação muda de tom: em 15 de Setembro, num documento entregue ao novo primeiro-ministro, declara que a economia está à beira da

---

<sup>108</sup> Decreto-Lei n.º 215/C/75, de 30 de Abril.

<sup>109</sup> Cf. a intervenção do almirante Rosa Coutinho. «Os pequenos e médios cabem no projecto socialista», in *O Século* de 12 de Julho de 1975. É preciso tomar nota da definição muito aberta de «pequenas e médias empresas» estabelecida nas conclusões do Congresso. Cf. CIP, Congresso da Indústria Portuguesa, «Conclusões provisórias da primeira fase», 10-12 de Julho de 1975.

ruptura, sem insistir em proclamar a sua adesão à situação política e sem dizer palavra sobre a via socialista<sup>110</sup>. Do mesmo modo, nas conclusões do Congresso da Indústria, em Dezembro, nenhuma referência é feita ao problema da dimensão das empresas. A CIP passa a ridicularizar o «mito» das «pequenas e médias», a atacar as nacionalizações e a pôr em causa todas as que não foram devidamente aprovadas pelo Parlamento, ou que não deram lugar a indemnizações justas — portanto, todas as posteriores a Março de 1975.

A estes sinais de viragem confederal soma-se um esforço para erguer e reforçar a organização nos escalões primários e intermédios, sem grande êxito neste último nível, porque a CIP ficou — e permanece — como uma confederação sem federações. Com pouquíssimas excepções (óleos vegetais, transportes...), estas continuarão a não existir: em muitos sectores, nem sequer se tentou criá-las, noutros (indústrias alimentares, por exemplo), os esforços feitos não resultaram. Além disso, há também muito poucas uniões (regionais ou locais) intersectoriais. Na sua forma estabilizada, a CIP assentou em cerca de setenta associações primárias sectoriais: dez na química (produtos químicos: indústria farmacêutica; industriais do sabão; indústria dos plásticos; margarinas e óleos vegetais), nove no sector alimentar (indústrias de carne, do arroz, águas minerais), oito na metalurgia e na metalomecânica, sete no sector dos têxteis e do vestuário, e assim sucessivamente. A este propósito, é preciso salientar que, na maioria dos ramos, existe uma única associação nacional; num certo número, duas associações partilham o Norte e o Sul do País; muito raramente, há uma associação para o Centro. Dão-se também algumas especializações funcionais (Associação dos Exportadores de Têxteis) ou correspondentes a produtos muito particulares (Associação dos Produtores de Arame), mas a concorrência interassociativa é rara em matéria de representatividade: caso da hotelaria, da marcenaria, do vestuário... Associativamente falando, os industriais portugueses permanecem, em geral, unidos na base. Há, no entanto, associações que não pertencem à CIP, bastante minoritárias, mas não insignificantes, por exemplo, as da marcenaria, dos industriais de lanifícios, da pasta de papel e dos alimentos para animais, assim como algumas das associações dos ourives, dos hoteleiros e dos industriais de cerâmica e da cortiça. Mas a Confederação aceita a filiação directa de empresas que nela não estejam representadas por associações. A este título contavam-se em 1986, além de empresas produtoras de açúcar, mármore, fósforos, etc., alguns bancos e a Shell Portuguesa, enquanto outras multinacionais (Mobil, Fiat, Renault) figuravam na lista das empresas que pagam à CIP uma quota especial.

Retomando o fio da meada: em 1976, numa assembleia geral em que participam, pela primeira vez, representantes eleitos das associações filiadas, elege-se a direcção da CIP, onde se incluem as principais figuras que tinham

---

<sup>110</sup> Cf. «A economia nacional atingiu uma fase fortemente crítica», in *O Século* de 15 de Setembro de 1975.

assegurado a sua sobrevivência, mas também elementos que exprimem o peso das associações sectoriais e das regiões<sup>111</sup>. Sempre sob a presidência de António Vasco de Mello, a Confederação regressa, por sua vez — a exemplo do País —, a uma relativa normalidade. Mas manterá os traços característicos da sua fundação durante o período revolucionário: continuará a defender, muitas vezes sozinha, os interesses dos empresários industriais (nomeadamente em relação ao poder político) com um estilo próprio — como se fosse o seu partido.

### 3.3 O PRIMADO DA POLÍTICA

Na sequência destes sinais precursores e das eleições parlamentares de 25 de Abril de 1976, a CIP revê a sua estratégia. A Confederação não hesita em pronunciar-se sobre os resultados eleitorais — positivos na sua opinião —, tomando posição a favor da formação de um «governo de reconstrução nacional» e contra qualquer executivo sem apoio parlamentar maioritário, num momento em que o PS, minoritário, se prepara para governar sozinho<sup>112</sup>. O *leit motiv* dos anos precedentes inverte-se, a CIP deixa de falar na resolução económica dos problemas nacionais e passa a insistir em que o problema da economia portuguesa é sobretudo político. Deste modo, os representantes do «sector privado» tiram as consequências da posição dominante do Estado na economia e da institucionalização do regime pluralista. Num primeiro tempo, trata-se de erguer a Confederação, cujas estruturas ainda são quase inexistentes. Mas, logo a seguir, começa um período de oposição ao poder político, que dura até 1979. Depois, um curto *intermezzo* consonante: em 1979-80, a CIP vive o tempo das ilusões, o seu único momento de franco conformismo, em que apoia o Governo em exercício. Mas em 1981, tendo renovado a sua direcção, retoma uma marcha ofensiva, que não abrandará até 1985\*.

---

<sup>111</sup> *Boletim CIP*, número especial, Março de 1976.

<sup>112</sup> Cf. CIP, «As eleições e a iniciativa privada em Portugal», 25 de Maio de 1976.

\* Depois da assinatura do tratado de adesão às Comunidades Europeias, ao qual a CIP se opõe, realizam-se eleições, em Outubro de 1985, das quais resulta o primeiro governo minoritário do PSD. É com este (e com a UGT) que a CIP assina o primeiro acordo social, no quadro do CPCS, antes de novas eleições, em Julho de 1987, darem ao partido governamental a maioria absoluta dos votos e dos mandatos parlamentares. A Confederação tem com o Governo social-democrata uma relação frequentemente difícil, por vezes tensa, mas raramente de confronto aberto, como no passado: os sentimentos adversariais, quando os há, são, o mais das vezes, expressos *sotto voce*, não na praça pública. Esta evolução reflecte, por um lado, a força de um poder maioritário, bem como as circunstâncias e as políticas económicas que tornaram possível um período de crescimento sustentado, e, por outro lado, o próprio desenvolvimento da Confederação — participação no CPCS, integração no CES de Bruxelas... — e a sua consolidação como instituição representativa, assim como a percepção clara dos riscos internos de uma estratégia conflitual, dificilmente aceitável quer para uma parte das associações, quer para uma boa parte dos meios empresariais privados, que se estão a reorganizar e a reconstituir.

Até 1977, a Confederação concentra-se sobretudo na sua reorganização. À saída do período revolucionário funciona um pouco como um «elevador»<sup>113</sup> em relação às associações filiadas: num vaivém entre a cúpula e os níveis intermédio e inferior, a direcção confederal tem frequentemente de compensar a ausência de federações e de sustentar associações demasiado fracas ou desmobilizadas, se não inexistentes, exercendo numerosas funções que em princípio lhes pertenceriam. Além disso, continua sem fundos e várias associações, hesitantes ou dissidentes, permanecem fora da CIP<sup>114</sup>. A prioridade atribuída à reorganização impõe-se, pois, por si mesma. É preciso que as estruturas primárias, ainda um pouco no ar, se consolidem e tomem em mãos as suas funções: a representação por sectores e por regiões, a negociação colectiva aos níveis próprios de cada uma. E falta resolver certos problemas relativos à transferência do património dos antigos grémios da indústria para os seus herdeiros imediatos, as associações livres<sup>115</sup>.

Isto feito, a Confederação pode virar-se para as suas próprias funções representativas e políticas. Mas, para assegurar a sua estabilidade e a sua credibilidade, tem de proceder a uma adaptação institucional da cúpula. Um espírito elitista quer que empresários prestigiados tomem a sua direcção: a eles competirá tentar estabelecer um novo sentido hierárquico para preencher o vazio deixado pela decapitação de Março de 1975<sup>116</sup>. Mas, por outro lado, deve contar com os equilíbrios entre sectores e entre regiões, reconhecendo nomeadamente o peso acrescido do Norte, pouco atingido pela vaga das nacionalizações. Deste modo, ao lado de António Vasco de Mello — reeleito em 1976 e em 1977 — tomam lugar três vice-presidentes, incluindo dois «nortistas» dos têxteis e da metarlugia, ramos maioritários. A mesma regra, concedendo *grosso modo* um número equivalente de lugares ao Norte e ao Sul, repete-se na composição do conjunto dos órgãos da Confederação, abertos a outros sectores importantes: construção, química, alimentação, electrónica...<sup>117</sup> Do critério favorável às pequenas e médias empresas já não se fala mais... E — traço marcante — a maioria dos empresários que ocuparam a primeira linha durante o período revolucionário continua aos comandos da CIP e das suas associações.

A consolidação das estruturas e a mudança na direcção confederal reforçam o peso de certos sectores mais conservadores e estimulam, durante algum

---

<sup>113</sup> A metáfora do elevador é de Morais Cabral. Cf. a sua intervenção no encerramento do Congresso da Indústria no *Primeiro de Janeiro* de 18 de Dezembro de 1975.

<sup>114</sup> Algumas ausências são de peso, como as das associações dos industriais da moagem e da construção. Estas últimas filiar-se-ão pouco depois na CIP.

<sup>115</sup> Antes de 1976 existiram algumas federações (por exemplo a dos têxteis) que não duraram. Em 1986, a CIP conta apenas com uma Federação, estando as associações primárias directamente filiadas na Confederação.

<sup>116</sup> Sustentada por Rocha de Matos, a posição oposta prefere um critério institucional: os dirigentes confederais devem ser dirigentes das associações. Cf. João Simões de Almeida e Rocha de Matos (entrevistas, 1986).

<sup>117</sup> Cf. *Boletim CIP* de Abril de 1977. *Indústria em Revista*, Julho de 1981.

tempo, a ressurgência de tentências regionalistas, num momento em que críticas à agressividade confederal contra o sector público se voltam a fazer ouvir intramuros. Os conservadores, embora ocupando posições sólidas na CIP, não conseguem, no entanto, modificar o estilo rebelde da sua direcção. Depois das eleições de 1977, os críticos tentam em vão constituir-se como alternativa. A figura de proa desta tendência, Rocha de Matos, acabará por deixar a Confederação, para se tornar um pouco mais tarde o presidente da AIP, que regressa à cena associativa em 1978<sup>118</sup>. Em todo o caso, o insucesso desta tendência crítica, marcada por um espírito de compromisso em relação ao Estado e ao sector público, parece indissociável da consolidação post-revolucionária da CIP.

a) *A linha confederal*

Resta o mais importante: a linha estratégica, esboçada num documento que é simultaneamente o breviário e o programa de política económica da CIP. Em *Horizonte 80*, Pedro Ferraz da Costa e o novo director-geral, João Simões de Almeida<sup>119</sup> — que preparam a rendição dos mosqueteiros de 1974-75, assegurando uma espécie de renovação na continuidade<sup>120</sup> —, defendem a tese do primado da política formulada desde Abril de 1976.

Este documento, publicado em Janeiro de 1977<sup>121</sup>, centra a sua análise em dois temas: o da «dominação (monopolista) da economia» pelo Estado, que devorou o sector monetário e financeiro; e o do «papel preponderante» das empresas industriais privadas enquanto motor do desenvolvimento económico. A mensagem é simples: por um lado, só o sector privado está à altura de assegurar o desenvolvimento nacional no quadro da integração europeia; mas, por outro lado, esse sector acha-se bloqueado — sobretudo nos domínios prioritários da exportação e da criação de empregos — pelo controlo estatal dos mecanismos económicos e pela orientação imprimida ao sector público. O papel decisivo da iniciativa privada e a sua capacidade em superar uma crise económica, cuja profundidade é bem compreendida pela análise da CIP, ficam por demonstrar no documento. Mas é através de uma constante insistência neste pressuposto que a direcção da Confederação — antecedendo, como sempre, a massa (bastante cinzenta) dos empresários portugueses —, garante a agregação e a mobilização das suas tropas, proporcionando-lhes uma identidade e um estatuto específicos numa sociedade em que a legitimidade do capitalismo nunca teve um assento sólido.

Pelo contrário, a outra parte de *Horizonte 80* parece indiscutível partir do momento (em 1977) em que o Governo socialista, ao encerrar a revolu-

---

<sup>118</sup> «Eleições na CIP com lista unitária», in *Expresso* de 12 de Abril de 1975.

<sup>119</sup> João Simões de Almeida torna-se director-geral da CIP em 1976. É filho do antigo n.º 2 do grupo CUF e regressa do exílio depois de terminada a revolução.

<sup>120</sup> No sentido de que pertencem ao mesmo meio social que os «três mosqueteiros», mais do que no sentido de uma continuidade na orientação da CIP.

<sup>121</sup> CIP, *Horizonte 80*, «Propostas de política económica», Janeiro de 1977.

ção, procura, no entanto, consolidar certas «conquistas revolucionárias» de 1974-75, para precisamente fortalecer a posição do Estado na economia. Esta orientação leva a uma série de conflitos, cada vez mais nítidos, entre a CIP e o poder. De início, a direcção confederal tinha muito bons contactos com os socialistas, estabelecidos em 1975, na oposição à deriva revolucionária. A Confederação era, pois, escutada, sobretudo nos ministérios económicos, e a sua influência era real. Por exemplo, consegue bloquear o Plano para 1977-80, que compara aos dos regimes comunistas<sup>122</sup>, jogando com as contradições internas do Partido Socialista.

Não obstante, a CIP não consegue travar as leis mais importantes para a definição do modelo económico — a lei dos sectores vedando à iniciativa privada o acesso de alguns dos mais importantes<sup>123</sup>, a lei prevendo escassas indemnizações aos expropriados e, finalmente, as leis do trabalho, nomeadamente as da greve e dos despedimentos — que vão contra a liberalização da economia e das relações sociais de produção preconizada pela CIP<sup>124</sup>. A coerência destas leis reside essencialmente na imposição de limites severos à iniciativa privada nacional — desfavorecida ainda pelas condições de acesso aos recursos financeiros sob controlo do Estado. Neste sentido, o modelo aplicado pelos socialistas submete os empresários portugueses a uma dupla concorrência desigual, do exterior (investidores estrangeiros) e do interior (sector público). Deste ponto de vista, as coisas não podiam ser piores para a Confederação dos industriais, cuja resposta não se fará esperar.

Nos finais de 1977 é a vez de o primeiro-ministro, Mário Soares, ter de procurar apoios para o seu governo minoritário. Depois de assinar com o Fundo Monetário Internacional um acordo bastante estrito e impopular, Soares propõe às associações patronais e sindicais um pacto social (que poderia compensar a falta de maioria no Parlamento...) e a CIP — após recapitular os malefícios do Governo, que teriam posto em causa a própria identidade nacional — apresenta as suas condições, que se resumem numa única: a revisão das leis que, directa ou indirectamente, consolidam um modelo estatizante<sup>125</sup>. Bem entendido, como a Confederação à partida sabe, essa condição é inaceitável. O seu verdadeiro desígnio é forçar o Governo a cair e antecipar eleições gerais. Mas os socialistas conseguem evitá-las e escapar graças à disponibilidade dos democratas-cristãos do Centro Democrático Social (CDS), com quem formam uma aliança governamental. A CIP, apesar da sua proximidade ideológica do CDS, denuncia a aliança «contranatura» entre este último e o PS. A partir daí, a sua distância em relação ao poder acentua-se ainda mais num percurso oposicionista que durará mais dois anos.

<sup>122</sup> CIP, *A Iniciativa Privada e a Reconstrução da Economia*.

<sup>123</sup> CIP, *Horizonte 80*. Cf. também a Lei n.º 46/77, aprovada pelo PS e pelo PSD no Parlamento, em 8 de Julho de 1977.

<sup>124</sup> Cf. Leis n.ºs 80/77, de 25 de Outubro (indemnizações), 65/77, de 25 de Agosto (greve) e 48/77, de 11 de Julho (despedimentos).

<sup>125</sup> CIP, *Salvar Portugal — Preparar o Futuro*, Novembro de 1977.

Durante este período, a CIP faz saltar as pontes com sucessivos governos — primeiro o da aliança socialista-democrata-cristã, depois os nomeados pelo presidente da República à margem dos partidos —, chegando até à confrontação com o próprio chefe do Estado<sup>126</sup>, donde resulta um certo isolamento que tem os seus riscos. O pior relaciona-se com a restauração da Associação Industrial Portuguesa, à qual, por decisão do Governo, é devolvida em 1978 a Feira Industrial de Lisboa, cujas instalações tinham sido revolucionariamente ocupadas em 1975<sup>127</sup>: a coligação PS-CDS mostra-se pronta a valorizar esta grande associação e a reconhecer-lhe um estatuto de parceiro social concorrente com o da CIP. Os perigos da operação tornam-se por de mais evidentes quando, um ano depois, uma parte da antiga oposição confederal ressurgue na AIP, a cuja direcção vai presidir Rocha de Matos<sup>128</sup>. A lógica desta estratégia é clara: como até 1974, as principais empresas, mesmo quando filiadas na CIP ou nas suas associações, continuam a dominar e a apostar na AIP — e, ainda por cima, foram entretanto nacionalizadas e pertencem ao sector público, adversário dos confederados.

Além disso, certos destacados dirigentes da AIP estão ligados quer às referidas empresas públicas, quer a empresas privadas muito dependentes do Estado. Em geral, parecem, pois, prontos a contrariar a CIP e o seu estilo de oposição e a fazer da AIP a voz moderada dos industriais. Preferem — por razões óbvias, dirão os seus adversários — os bastidores do poder e recusam-se a acompanhar a CIP nas suas polémicas públicas, nomeadamente a sua campanha contra a Constituição...<sup>129</sup>.

Posta em causa, enquanto a AIP tenta — sem grandes resultados — reunir à sua volta as associações similares, a CIP alia-se às suas congéneres post-autoritárias — a Confederação do Comércio (CCP) e a dos Agricultores (CAP), também filhas da Revolução. Em Janeiro de 1979 organiza, com a CCP e a CAP, o primeiro Congresso das Actividades Económicas, que adopta o essencial das suas posições, incluindo a exigência de uma revisão constitucional imediata<sup>131</sup>. É verdade que um ano mais tarde vem a acalmia: a Aliança Democrática, coligação dos sociais-democratas e dos demo-

---

<sup>126</sup> CIP, «Das razões e da inevitabilidade de uma mudança na vida nacional» (1977), in *Boletim CIP* de Setembro de 1979.

<sup>127</sup> Por decisão dos ministros da Indústria e do Comércio, respectivamente Carlos Melancia (PS) e Basílio Horta (CDS).

<sup>128</sup> Rocha de Matos torna-se vice-presidente da AIP em 1979 e no ano seguinte será pela primeira vez eleito presidente, cargo que, em mandatos sucessivos, tem exercido até à data.

<sup>129</sup> Na AIP vão até ao ponto de acusar a CIP de querer fazer um «11 de Março ao inverso», o que não seria, longe disso, inteiramente falso...

<sup>130</sup> Cf. capítulo 4.

<sup>131</sup> Cf. as conclusões do Congresso de 11-13 de Janeiro de 1979, *Boletim CIP* de Janeiro de 1979. Um segundo documento da CIP sustenta em 1980 a tese das duas Constituições — uma democrática, outra revolucionária. Cf. «A CIP e a revisão constitucional», in *A Tarde* de 10-12 de Setembro de 1980. Cf. também J. Braga de Macedo, *A Ilógica do Sistema Constitucional Português*, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1983.

cratas-cristãos dirigida por Sá Carneiro, ganha a eleição de 2 de Dezembro de 1979 e surge como um aliado das três Confederações para resolver os problemas da iniciativa privada. Muitas das suas posições são adoptadas pelo programa do Governo e muitos empresários pensam que a AD está mesmo decidida a pôr termo à revolução — à trégua do 25 de Novembro de 1975 — e pronta a «descolonizar a economia»<sup>132</sup>. A CIP perde a sua acutilância para melhor apoiar os seus aliados no poder em vésperas de novas eleições parlamentares marcadas para Outubro de 1980, enquanto boa parte dos seus quadros parte e numerosos empresários se desinteressam, convencidos de que já está feito o que era preciso fazer.

Em 1981 será a desilusão. Sá Carneiro morreu e o seu sucessor, Pinto Balsemão, mostra-se menos determinado na reforma da ordem económica existente. Por outro lado, esse mesmo ano assinala a mudança da direcção confederal. Depois de se afastar a ideia de eleger um nortista, Ferraz da Costa, adjunto de António Vasco de Mello, torna-se presidente. Fiel ao programa expresso em *Horizonte 80*, impõe um novo estilo radical e polémico na sua defesa do modelo económico liberal, não cedendo às seduções de um liberalismo atenuado. Exige a abertura à iniciativa privada de todos os sectores sem excepção, a supressão de todos os privilégios de que goza o sector público, a justa indemnização dos empresários expropriados, a adopção de rigorosas medidas de estabilização económica e de equilíbrio financeiro, necessários à retomada dos investimentos. Também quer a revisão das leis do trabalho (interdição das greves políticas, admissão do *lock out*, liberalização dos despedimentos) e a da Constituição. No quadro de uma estratégia nacional de desenvolvimento visando a integração de Portugal na CEE, a CIP está, sob Ferraz da Costa, convencida de que a integração imporá por si mesma as regras de uma economia de mercado e tornará supérfluo o programa de socialização constitucional. Mas insiste vivamente na necessidade de fazer preceder a adesão comunitária de uma preparação séria, a começar pelas reformas de estrutura acima mencionadas, sem as quais demasiadas empresas portuguesas seriam incapazes de suportar uma concorrência acrescida. Nesta via, a Confederação defende que, sem essas reformas, mais valeria não aderir<sup>133</sup> \*.

<sup>132</sup> Segundo a expressão de João Simões de Almeida (entrevista, 1986).

<sup>133</sup> Sobretudo a partir de 1982. Cf. conferência de imprensa do presidente da CIP de 30 de Março de 1982, in CIP, *Discursos e Pareceres do Presidente da CIP*, 1981-83, 2 vols.; cf. também CIP, *A Indústria Portuguesa e o Desafio da Integração Europeia*, 1982.

\* Embora as suas reservas quanto às condições de adesão fossem partilhadas em privado por numerosos responsáveis, pública e formalmente a CIP estava isolada na sua oposição à integração comunitária portuguesa — pior, estava mal acompanhada pelo PCP. Desde 1986, com espírito pragmático, os confederados jogam a fundo no estatuto de Portugal como membro das Comunidades Europeias, de que decorrem investimentos e benefícios consideráveis para a modernização económica, empresarial e associativa. Todavia, a sua posição de princípio continua a demarcar-se da estratégia «grega» da AIP — «on s'engage et puis on voit» — e a insistir na necessidade de criar rapidamente, *ex post facto*, as condições (e as protecções oficiais) indis-

Tal é a ordem da batalha em 1981. Todas as posições da CIP nos quatro anos seguintes se referem a este programa. O objectivo da sua direcção é fazer destas ideias polémicas ideias correntes na opinião pública e transformá-las tanto quanto possível em medidas concretas. Ora quanto a este último ponto só obterá resultados parciais. É certo que, *grosso modo*, as políticas económicas irão no bom sentido, mas demasiado lentamente do ponto de vista da Confederação: far-se-ão tentativas para racionalizar a gestão do sector público, certos ramos fechados à iniciativa privada nacional — incluindo o financeiro — serão de novo entreabertos e, finalmente, acabará por ser definido um quadro geral de referência para as indemnizações, admissível quer pela CIP quer pelos capitalistas expropriados. Mas, em relação aos três pontos mais importantes, o balanço será decepcionante. Primeiro, a revisão constitucional de 1982 só marginalmente atingirá o programa e as disposições socializantes da lei fundamental<sup>134</sup>. Em seguida, as «reformas estruturais» preparatórias da adesão à CEE que a Confederação exige não serão realizadas e a própria CIP ficará à margem das negociações prévias: a partir de 1982, a sua voz far-se-á ouvir cada vez mais contra a adesão de Portugal nos termos acordados com as Comunidades<sup>135</sup>. Finalmente, no domínio da liberalização das leis do trabalho, os esforços da Confederação também não produzirão resultados apreciáveis: em 1982, como em 1985, os projectos governamentais da revisão serão bloqueados pela oposição da UGT e da CGTP<sup>136</sup> \*.

### *b) Polémica e pragmatismo*

Numa avaliação sumária poderia atribuir-se à tenacidade e ao estilo polémico da CIP uma certa eficácia e pôr na conta de uma aliança entre os ecos libertários das suas tomadas de posição — por exemplo, a sua definição de

---

pensáveis para assegurar a competitividade dos agentes económicos nacionais no mercado comunitário. Neste sentido, o lado nacionalista, nem sempre compatível com a visão liberal da CIP, apesar de menos audível, não desapareceu. Ainda em 1990, com o fim dos períodos de transição e o advento de um mercado único europeu mais próximos, o presidente confederal admitia a possibilidade de Portugal sair das comunidades bruxelenses e, por exemplo, regressar à EFTA. E a sua oposição a uma União Política é rigorosa e estrita. Não obstante, cinco anos passados sobre a adesão portuguesa, é a vez de certas posições da CIP serem quase privadas, pelo menos enquanto as previsões mais pessimistas sobre a dependência económica externa não se tornarem mais evidentes. (*Nota de 1991.*)

<sup>134</sup> Cf. «Introdução».

<sup>135</sup> Cf. a conferência de imprensa de 30 de Março em 1982, *loc. cit.*

<sup>136</sup> Em ambos os casos nas vésperas de eleições gerais e em circunstâncias complexas que acabaram por determinar a oposição de um Partido Socialista por vezes muito sensível às tomadas de posição da UGT.

\* A segunda revisão constitucional, concluída em 1989, tratará de completar a «normalização» da lei fundamental e de deitar abaixo os obstáculos formais a uma liberalização das regras de funcionamento da economia resultantes da revolução. Entre outros, a revisão abre caminho para um programa de reprivatizações, cujo objecto natural são as empresas nacionalizadas a partir

Estado como o «inimigo comum dos empresários e dos trabalhadores»<sup>137</sup> — e um real pragmatismo os resultados concretos que a Confederação pode apresentar. Este pragmatismo exprimiu-se, na negociação prévia para a revisão das leis de trabalho, pela procura de um compromisso com o Governo (e com a UGT) que pudesse obter o apoio de uma maioria parlamentar; na proposição de políticas sectoriais; na preparação e na institucionalização do Conselho Permanente de Concertação Social; na disponibilidade da CIP — depois de o processo de adesão de Portugal se ter concluído em termos que lhe desagradam — para estabelecer relações continuadas com o Governo para a defesa comum de posições portuguesas na Comunidade Europeia.

A CIP enfrenta, no entanto, um outro pragmatismo: a impiedosa moderação da AIP, que continua a contrariar os excessos da Confederação e a gozar frequentemente de favores governamentais<sup>138</sup>. A AIP tenta sobretudo recuperar uma divergência antiga: para si, a CIP limitar-se-ia muito naturalmente a representar o «patronato», esgotando-se a sua vocação no confronto com os sindicatos e na negociação dos contratos colectivos, enquanto a AIP representaria, com a mesma naturalidade, os «empresários», empenhada na defesa dos seus interesses perante os governos e as políticas económicas. Em certo sentido, esta partilha implícita restabeleceria a antiga divisão entre a AIP — onde a cavalaria industrial campeava — e a Corporação da Indústria — onde se acantonava a infantaria. Mas com alguns grãos de sal, pois as empresas mais importantes que ficaram na AIP passaram a fazer parte do sector público e esta Associação parece ter perdido a sua tradição de autonomia em relação ao Estado a favor de uma CIP herdeira, sem dúvida, dos antigos grémios, mas não do seu conformismo.

Desde o princípio, a CIP não quis ser exclusivamente — ou mesmo sobretudo — patronal<sup>139</sup>. Porém, em 1980, ajudada por ventos favoráveis,

---

de Março de 1975. Porém, esse programa faz que a CIP — desta vez contando com os capitalistas despojados — recupere a questão das indemnizações, cujos montantes já concretamente atribuídos parecem, a todos os títulos e por qualquer critério razoável, injustos e beneficiando desproporcionadamente o Estado quando este realiza recursos muito substanciais à custa da venda de bens nacionalizados pelos quais não foram pagas retribuições aceitáveis (para não falar da demora excepcional em regulamentar o próprio princípio da indemnização). Este é um tema que continua em aberto e que os dirigentes confederais, bem como uma parte dos antigos capitães da indústria, ligam à necessidade de fortalecer ou de criar agentes económicos privados portugueses capazes de responderem à competição externa. Por outro lado, o problema da liberalização das relações sociais de produção também não está encerrado. Foi um dos temas principais do último acordo no CPCS, que prevê explicitamente os termos da revisão da legislação pertinente, em parte da competência exclusiva do Parlamento e, embora a autonomia deste último não seja posta em causa formalmente, tudo se passa como se o Conselho se apropriasse *de facto* de funções legislativas que excedem a esfera da sua acção. Mas, mais uma vez, a questão está por decidir, apesar de a UGT (e mesmo uma parte dos dirigentes da CGTP, divergindo da posição formal desta Confederação) não se opor a uma reforma nos termos acordados. (*Nota de 1991.*)

<sup>137</sup> CIP, «Declaração do Porto», in *Indústria em Revista* de Dezembro de 1984.

<sup>138</sup> Particularmente entre 1983 e 1985, no período do governo do «bloco central» (PS/PSD).

<sup>139</sup> «Afinal o que é a Confederação da Indústria Portuguesa?», in *Tempo Económico*, n.º 9, de 5 de Julho de 1974.

a AIP pôde voltar a criar essa clivagem, arrastando na sua esteira outras instituições «centenárias» — as associações comerciais de Lisboa e do Porto e a Associação Industrial Portuense, às quais, em 1984, se juntará a Associação Central da Agricultura Portuguesa —, que se reúnem num Conselho Nacional das Associações Empresariais (CNAE)<sup>140</sup>, cuja importância é assegurada no terreno pelas suas actividades e pelo número de empresas abrangidas<sup>141</sup>. Em 1981, este Conselho está presente ao lado da CIP e da CCP na organização do segundo Congresso das Actividades Económicas, enquanto se discute a formação dum Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CNEP), no quadro do qual se realizaria a unidade de «classe» reunindo as cúpulas «patronais» — CIP, CCP, CAP — e, através do CNAE, as «empresariais»<sup>142</sup>. Todavia, a oposição da CIP acabou por inviabilizar este projecto, que não podia realizar-se sem a sua participação. Do ponto de vista da direcção confederal, a AIP era vista como um «cavalo de Tróia» do sector público na cidade da empresa privada e, além disso, devia estar normalmente filiada na CIP.

O desígnio da direcção da AIP é travado entre 1983 e 1984. Primeiro, não consegue impor o CNAE, enquanto representante dos «empresários», no Conselho Permanente de Concertação Social, onde só terão assento — perante os sindicatos e o Governo — as três congéneres post-autoritárias, CIP, CCP e CAP. A seguir, a Portuense retira-se do CNAE (que pouco tempo mais sobreviverá) e a sua direcção aproxima-se da CIP, sublinhando que a AIP, no fundo, é, tanto como a Portuense, uma associação regional de empresários<sup>143</sup>. Apesar destes desaires, a AIP mantém intacta a força da sua autonomia perante a CIP, assente nos seus consideráveis recursos e na sua recusa em se filiar na confederação «patronal». Não perdeu as qualidades que, perante uma CIP por vezes demasiado rebelde, a tornam uma senhora interessante do ponto de vista dos sucessivos governos e também — talvez ainda mais — para todos os empresários que querem ter dois ferros no fogo. Por outro lado, a AIP — que continua capaz de travar, por sua vez, a formação de uma cúpula das cúpulas das associações de empresários — tenta atrair as pequenas e médias empresas<sup>144</sup>, assegura o seu reconhecimento enquanto parceiro social *sui generis* pelo Governo e, mais

---

<sup>140</sup> A AIP, a AI Portuense, a Associação Comercial de Lisboa e a Associação Comercial do Porto foram os membros fundadores do Conselho Nacional das Associações Empresariais (CNAE). A outra associação «centenária», a Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP) fará parte do conselho mais tarde.

<sup>141</sup> Só a AIP tem mais de mil empresas filiadas, entre as quais a maior parte das grandes empresas públicas e privadas. Naturalmente, estas empresas estão também na CIP por intermédio das suas associações sectoriais ou regionais. Segundo dados da própria CIP, as setenta associações confederadas agrupam cerca de 35 000 empresas.

<sup>142</sup> CNEP, *Estatutos* (projecto de 20 de Fevereiro de 1981). Arquivos do projecto.

<sup>143</sup> «Associações empresariais em guerra?», in *Expresso* de 13 de Outubro de 1984.

<sup>144</sup> A AIP estimula e apoia encontros de pequenas e médias empresas.

recentemente, pela UGT<sup>145</sup>. E, mesmo sem lugar no Conselho Permanente da Concertação Social, obteve — alguns meses após a CIP — assento no Comité Económico e Social da CEE.

Em 1986, a necessidade de distribuir os lugares do patronato nas instituições comunitárias e de coordenar as posições dos seus representantes em Bruxelas impõe a constituição de um Conselho dos Presidentes da CIP, CCP e CAP: mas a coordenação interconfederal não irá muito mais longe. A criação de um Conselho Nacional do Patronato, como outrora a das Corporações, faz-se esperar\*. Todavia, excessivas analogias com o antigo regime seriam enganadoras. A decapitação de Março de 1975 e a destruição dos grupos económicos portugueses marcam uma descontinuidade profunda. Num certo sentido, a CIP e a AIP são primeiro sobreviventes e sobrevivências das estratégias que foram destruídas durante o período revolucionário e que, no fundo, não puderam ser retomadas nem desapareceram inteiramente. Os «grandes capitães» da indústria já lá não estão, ou já não são o que eram antes. Não obstante, a CIP continua desde 1976 a apostar na recomposição de grupos económicos privados portugueses — não necessariamente os de outrora —, convencida de que, doutro modo, um verdadeiro capitalismo nacional não poderá existir. Sem estes, de acordo com a sua própria visão, a Confederação não pode ser mais do que uma vanguarda sem comando.

---

<sup>145</sup> Em 1986, a AIP e a UGT assinaram um protocolo de cooperação, nos termos do qual a Associação parece ser para a UGT um parceiro social de parte inteira.

\* Mais de dez anos depois da sucessiva formação do Conselho Nacional dos Empresários Portugueses (CNEP) pela CIP, CCP e CAP e do CNAE, com a AIP, a Portuense e as congéneres comerciais de Lisboa e do Porto, bem como dos primeiros ensaios para reunir estas duas vertentes do associativismo empresarial numa estrutura única e comum, esta continua a não existir. O problema crucial ainda é, como em 1974, a relação entre a CIP, a AIF e a Portuense, uma vez que, em geral, a CCP revelou quase sempre vontade de avançar para essa cúpula, e nem a CAP nem as associações centenárias restantes se lhe opuseram. Mais recentemente, depois de a AIP ter somado aos seus poderosos atributos o de uma Confederação das Associações Empresariais (COEP), agregando sobretudo associações regionais criadas pela própria AIP em quase todo o país, a Portuense aderiu à CIP formalmente, quebrando um velho obstáculo, que fazia depender a sua filiação confederal da adesão simultânea da AIP, e pondo em causa a anterior clivagem entre a confederação «patronal» e as associações «empresariais». Entre a COEP e a CIP, a polarização é persistente, no plano formal, mas conjunturalmente atravessa-se uma fase de *détente*, pelo menos entre os eternos presidentes da AIP e da Confederação: por certo, o que os pode unir, com a integração da Portuguesa na CIP, pode ser mais forte do que o que os separa. O equilíbrio entre ambas alterou-se, sobretudo com a integração da Confederação (e a exclusão da AIP) no CPCS e com a dinâmica comunitária, onde o associativismo é valorizado institucionalmente, mesmo antes da adesão da Portuense. Mas a CIP continua a precisar da AIP, se quiser dar o salto decisivo no seu desenvolvimento e preservar a preeminência dos industriais no associativismo e na cúpula das cúpulas empresariais. Se lá chegassem, voltariam finalmente ao princípio. (Nota de 1991.)